



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 058

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 058

52ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Ofícios

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Edson Strapasson

Dep. Jonas Guimarães

Dep. Rosane Ferreira

Dep. Luiz Malucelli

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Professor Luizão

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli

Dep. Antonio Belinati

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch

Liderança do PSBD

Dep. Valdir Rossoni

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final

3ª Discussão

2ª Discussão

1ª Discussão

Requerimentos

Encerramento da Sessão

DIÁRIO Nº 058

52ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE MAIO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Eduardo Cheida, Pedro Ivo e Reni Pereira (10).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Em licença o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 176/08 do Sr. José Antônio Vidal Coelho - Governador do Estado, em exercício, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 170/08 de autoria do Poder Executivo, que concede índice geral de 5% na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, a todas as carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15843. **Anote-se. Arquite-se.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 130/08

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião, a construção de um laboratório para estudo de ciências na Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, a construção de um

laboratório na Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária, conforme o protocolo de número 5.932.246-0 de 26/01/04.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária, necessita da construção de um laboratório para o estudo de ciências (química e biologia), que já foi solicitado via protocolo junto ao Núcleo Regional de Educação da Região Metropolitana Sul, sob o número 5.932.246-0 de 26/01/04.

Entretanto, o pedido ainda não foi atendido e a escola necessita desta construção em caráter emergencial, sobretudo, por ser uma exigência do Conselho Estadual de Educação, o qual determina que a escola tenha o laboratório em atividade para a renovação do reconhecimento e licença do curso.

Cumprindo ainda destacar que a escola já possui todos os equipamentos necessários para a implantação e uso do laboratório de ciências, restando apenas, a construção do espaço físico.

Assim, sugerimos a construção de um laboratório de ciências, conforme mencionado acima, possibilitando o adequado ambiente escolar aos alunos e professores, cumprindo a determinação do Conselho Estadual de Educação, e proporcionando um aprendizado de qualidade a todos os estudantes da escola.

INDICAÇÃO Nº 131/08

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião, a construção de 3 salas de aula na Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, a construção de três salas de aula na Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária, conforme os protocolos de números 9.860.315-8 de 20/02/08 e 8.021.615-7 de março de 2004.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária, necessita da construção de três salas de aula (em alvenaria), que já foi solicitadas via protocolos junto ao Núcleo Regional de Educação da Região Metropolitana Sul, sob os números 9.860.315-8 de 20/02/08 e 8.021.615-7 de março de 2004.

Entretanto, os pedidos ainda não foram atendidos e a escola vêm enfrentando sérios problemas estruturais

devido ao estado precário das salas utilizadas atualmente para ministrar as aulas. Esta situação inviabiliza a continuidade dos trabalhos escolares e inibe o cumprimento das verdadeiras funções da escola, que é a de educar para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com toda a sociedade.

Assim, sugerimos a construção das salas acima mencionadas, possibilitando o adequado ambiente escolar aos alunos e professores e demais funcionários da Escola Estadual de Fazenda Velha.

INDICAÇÃO Nº 132/08

SÚMULA:

Solicita melhorias na PR-423, no trecho que liga o município de Araucária ao de Campo Largo, no estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita melhorias na PR-423, no trecho que liga o município de Araucária ao de Campo Largo, no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A rodovia PR-423, no trecho que liga os municípios de Araucária e Campo Largo, encontra-se em estado extremamente precário, o que vem colocando em risco a vida dos motoristas e dos transeuntes da região.

Além disso, a estrada cheia de buracos e desníveis causa danos patrimoniais aos motoristas que ali necessitam trafegar, com avarias em seus veículos.

Desta forma, sugerimos sejam efetivadas melhorias na referida PR-423, restaurando a pavimentação asfáltica do local e melhorando as condições de tráfego e de proteção à vida.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a autorização para o uso do plenário

no dia 3 de junho, às 10h, para a realização de uma Audiência Pública para discutir a respeito do Projeto Linha Verde, obra realizada na BR-476, antiga BR-116, trecho entre o Atuba e o Pinheirinho, com a participação do Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Dr. David José Gouvêa e Diretores Técnicos de Análises de Projetos de Rodovias; o Diretor de Operações do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), Dr. José Pedro Weinand; o Coordenador Técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), Dr. Oscar Alberto da Silva Gayer e o Presidente da Urbanização de Curitiba S/A (URBS), Dr. Paulo Afonso Schmidt, bem como os técnicos e urbanistas responsáveis pelo referido projeto.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) CLEITON KIELSE

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 235/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a cobrança de taxa para expedição de diploma pelas instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais.

Art. 2º Para seu fiel cumprimento, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Submeto à elevada consideração de V. Exas. o projeto de lei que tem por objetivo a proibição da cobrança de taxa de expedição de diplomas universitários.

Tal proposta baseia-se na cobrança indevida feita pelas instituições particulares de ensino, uma vez que a Resolução nº 001/83 do Conselho Federal de Educação, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, bem como a Resolução nº 003/89, artigo 4º, parágrafo 1º, prevêm que constituem encargos educacionais, de responsabilidade do corpo discente, o pagamento de anuidade a qual, dentre outras despesas, servirá também para custear o fornecimento de certificados ou diplomas de conclusão de cursos.

Com efeito, dispõe a Resolução nº 001/83 - CFE:

Art. 2º *Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo discente:*

(...)

§ 1º A anuidade escolar, desdobrada em duas semestralidade, constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados, como a matrícula,

estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado a provas e exames, 1ª via de documentos para fins de transferência, certificados ou diplomas (modelo oficial) de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, de cronogramas, de horários escolares, de currículos, e de programas. (grifos nossos)

E a Resolução nº 003/89 - CFE:

Art. 4º Constituem encargos educacionais de responsabilidade do corpo docente:

§ 1º A mensalidade escolar constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada e à prestação de serviços a ela diretamente vinculados como matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado a provas e exames, de certificados de conclusão de cursos, de identidade estudantil, de boletins de notas, cronogramas, de horários escolares, de currículos e de programas. (grifos nossos)

Por esse motivo apresento o presente projeto e, para dar continuidade a essa ação de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 236/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cidadania em Ação - Voluntariado da Justiça Federal do Paraná, com sede e foro nesta capital do estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Há muito, magistrados e servidores têm se engajado nas ações afirmativas de responsabilidade social, sob os auspícios da Justiça Federal do Paraná.

Impossível precisar em que exato momento tudo começou. É certo, no entanto, que ganhou robustez maior do que as pretensões iniciais do grupo de pessoas que recebeu o louvável pseudônimo de voluntários.

Assim, para superar alguns obstáculos operacionais e ampliar o rol das iniciativas sociais, foi criada a Associação.

A Associação Cidadania em Ação - Voluntariado da Justiça Federal do Paraná é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado exclusivamente para prestação de serviços para promover e fomentar o desenvolvimento social e humano através de cursos e incentivo a projetos sociais, educacionais, de saúde e está regularmente constituída de acordo com a legislação brasileira.

Finalidades da entidade:

Além de proporcionar o fomento ao desenvolvimento social e humano, os quais são algumas das prerrogativas do estatuto, a fim de obter recursos necessários à consecução de seus objetivos, poderão ser desenvolvidas atividades além das aqui previstas.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e, para que seja cada vez mais ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 237/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, no estado do Paraná, a comercialização de cigarro, cigarrilha ou quaisquer derivados do fumo com sabor mentolado e/ou adocicado.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa proibir o comércio de cigarros, cigarrilhas ou quaisquer derivados do fumo com sabor mentolado e/ou adocicado.

A proposta é de grande importância, pois pretende proteger a saúde dos jovens e adolescentes, visto que o cigarro com sabor mentolado e/ou adocicado é um estímulo ao jovem em experimentar e por consequência viciar neste substância que é muito prejudicial à saúde.

Todos somos sabedores do mal que o fumo acarreta às pessoas, seja na dependência física, como produto causador de câncer e outros problemas pulmonares e cardiovasculares, bem como na dependência psíquica. Portanto, os jovens devem ser protegidos, pois as pesquisas mostram que a dependência ocorre até a idade dos 19 anos.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; senhoras e senhores presentes nesta tarde.

A pauta de hoje, no item 12, nos traz um projeto de extrema importância para a região metropolitana, que é um projeto de iniciativa do Poder Judiciário, que pretende criar 13 vagas, 13 cargos de Juiz Substituto para atender o Foro Central de Curitiba e da região metropolitana. Tive oportunidade, na reunião hoje à tarde da Comissão de Finanças, de poder relatar este projeto. Reunião presidida pelo Deputado Belinati.

Na verdade, este projeto é uma ação emergencial do Poder Judiciário no sentido de corrigir a defasagem de atendimento do número de Juízes das Varas dos municípios da região metropolitana de Curitiba que ao total, hoje, somam mais de 3 milhões de habitantes, com um volume processual de mais de 1 milhão de processos que tramitam. Temos aí exemplos das condições que se encontram os municípios da região e coloco o município de Colombo como referência porque o Presidente do Tribunal de Justiça, na Audiência que tivemos no início deste ano e no ano passado, falou que era questão de honra para ele, como Presidente, Desembargador Vidal Coelho, colocar uma decisão no sentido de resolver o problema de Colombo.

Colombo é um município que tem, hoje, mais de 240 mil habitantes e que tem apenas um Juiz na Vara Criminal que acumula Vara da Infância e Juventude, um Juiz para Vara Civil e um Juiz para Juizados Especiais. Tivemos a felicidade de sermos contemplados, na semana passada, quarta-feira, com a presença do Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Noronha, com a presença do Governador em exercício e Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Vidal Coelho, que lá estiveram para proceder à instalação emergencial da Vara da Infância e Juventude do município de Colombo. Portanto, a partir da semana passada, Colombo passou a ter uma nova instalação de uma Vara até que se promovam as ampliações e a construção do novo prédio do Fórum que, felizmente, houve uma decisão de um entendimento com a Prefeitura Municipal para cessão de uma área de 8 mil e 500 m² para construção do moderno prédio do Fórum de Colombo, porque o atual foi inaugurado em 1977, 31 anos atrás e, evidentemente, com uma condição de população muito diferente da atual de Colombo. Ele não atende mais as questões das necessidades físicas.

Este projeto vai permitir que tenhamos, em breve, se Deus quiser, no ano que vem, a instalação de mais duas Varas, com mais dois Juízes, para que tenhamos uma celeridade dos processos, da tramitação das questões judiciais que, muitas vezes, se arrastam por anos e anos. Para os senhores terem uma idéia, a pauta de Audiência de Colombo, até então na Vara Criminal, estava para o final de 2010, ou seja, um processo que hoje está sendo agendado, a Audiência apenas pode ser marcada para o final de 2010. Evidentemente que esta demora causa uma sensação de impunidade, muitas vezes uma dificuldade de fazer julgamento.

Parabenizar e agradecer, aqui, o Poder Judiciário, na pessoa do Sr. Presidente, hoje, Governador em exercí-

cio, Desembargador José Antônio Vidal Coelho e também ao Desembargador Antônio, que é o Vice-Presidente e hoje acumula a Presidência do Tribunal, por uma decisão importante, com a criação de mais 13 vagas, 13 cargos de Juiz Substituto. Teremos a presença de mais Juízes, para colaborar, para que haja uma agilidade nos procedimentos, nas Audiências, nos julgamentos das questões que afligem a nossa gente da região metropolitana de Curitiba.

Felizmente hoje temos a comemorar. Creio que este projeto do item 12 terá uma atenção muito especial. A criação desse projeto para a criação de cargos para novos Juízes, para atenderem melhor a população, vai ter conforme já teve, inclusive, através de um pedido do Deputado Antonio Anibelli, para que fizéssemos uma reunião extraordinária da Comissão, emergencial. Recebemos ontem, à tarde, o projeto. Fizemos hoje, à tarde, uma reunião e já está em pauta, para que seja votado, no prazo mais rápido possível.

Esta Casa tem agido, quando se trata da defesa dos interesses do cidadão, para que possamos aprovar, sancionar e implantar, o mais breve possível, essas novas Varas Judiciais, Juízes Substitutos para colaborar com os atuais Juízes, para dar um encaminhamento mais rápido às questões, aos processos e aos julgamentos do Poder Judiciário, que atendem de forma correta e honrada toda a nossa gente da região metropolitana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Anibelli)

Esta presidência quer de público, Deputado Strapasson, fazer um agradecimento a V. Exa., tanto do projeto do aumento de 5% para os funcionários da Assembleia Legislativa, como neste projeto de aumento de 13 Juízes, para que atendam a região metropolitana e também Colombo, sua cidade, onde V. Exa. tão bem representa. Quero lhe agradecer de público, porque V. Exa. foi 100%, quando lhe fiz o pedido para que convocasse a Sessão, para que a Comissão de Finanças, sob sua presidência, desse o parecer.

Agradeço V. Exa., mais uma vez, por ter nos atendido durante este período em que estou Presidente.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Jonas Guimarães, por cinco minutos.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente Antonio Anibelli, nosso amigo Batista, 1º Secretário; Luizão, 2º Secretário e demais companheiros Deputados.

Venho hoje a esta tribuna para falar sobre a agricultura do nosso estado do Paraná e também do nosso país. Sobre a tomada de posição deste grande trabalho, que foi feito através do nosso Ministro Reinhold Stephanes, que vem trabalhando há meses, para se ter uma

medida provisória do pacote, para renegociar a dívida dos agricultores, que envolve 75 bilhões.

Agricultor que sou, do interior onde moro, o qual represento. O estado do Paraná é um dos estados de mais agricultores e que mais tem a sua produção agrícola - sabemos que é o sustentáculo do nosso país brasileiro e porque não dizer do mundo. Não poderíamos deixar de vir aqui nesta tribuna para parabenizar o nosso Ministro Reinhold Stephanes, por este trabalho que vem fazendo frente a este Ministério, fazendo com que as dívidas atrasadas dos nossos agricultores, em torno de 75 milhões, conhecedor que sou de muitos proprietários de terras que se fossem pagar essas dívidas perderiam suas terras e nem vendendo suas terras pagariam todas as suas dívidas, porque os juros foram muito altos e tivemos nos últimos anos problemas com as safras, frustração de safra e nada mais justo de que o Ministro fazer o estudo sobre essas dívidas se o nosso Presidente da República assinar embaixo.

Por isso, vim hoje aqui prestar a minha solidariedade ao nosso grande Ministro Reinhold Stephanes, que é aqui do Paraná, também faz parte do nosso partido, também tem o seu filho que é companheiro nosso aqui, Stephanes Júnior, e parabenizar todos os paranaenses que têm os seus compromissos a serem cumpridos, pessoas dignas, pessoas que realmente querem continuar lá na lavoura fazendo a sua plantação e realmente estavam vivendo um período de grande turbulência porque não tinham como saldar os seus compromissos com os bancos.

Acho que é plausível esta posição. A agricultura retoma de novo o seu crescimento, o seu desenvolvimento e vamos estar aí convivendo com agricultores mais felizes e com oportunidade de dar continuidade nas suas atividades e um melhor conforto para suas famílias.

Era isto, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer e que ficasse aqui gravada a nossa solidariedade ao nosso Ministro da Agricultura.

Somente isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antônio Anibelli**)

Próxima oradora inscrito, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Deputado Anibelli, Deputado Dr. Batista, Deputado Professor Luizão, 1º e 2º Secretários da Mesa Executiva nesta Sessão.

Recebemos nesta Casa hoje, à minha direita, na tribuna, a Sra. Alaerte Leandro Martins, Coordenadora de Saúde da Mulher da 2ª Regional de Saúde do Paraná. Rede Feminina de Saúde Regional Paraná; Terezinha Watanabe, Assessora dos Comitês de Mortalidade Materna e Infantil do Paraná; a Sra. Nazaré Nery, Coor-

denadora da Rede Internacional pelo Direito de Amamentar, Assessora da UNIFE; a Sra. Terezinha Santos, Coordenadora do Centro de Referência de atenção à Mulher Vítima de Violência; a Sra. Adriana Pusch, Associação de Entidades de Mulheres do Paraná; a Sra. Elza Campos, já nossa conhecida, várias vezes nesta Casa, Conselheira da União Brasileira de Mulheres; a Sra. Isabella Silva, da Rede das Mulheres Negras do Paraná e a Sra. Maria Célia de Albuquerque, Programa Mulher de Verdade - Curitiba; todas guerreiras na implementação de políticas públicas em defesa da mulher do Paraná.

E elas estão aqui hoje por um motivo especial.

(Lê):

“Hoje, dia 28 de maio, é o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher. Este dia foi proclamado na Costa Rica em 1987, durante o Encontro Internacional de Saúde pela Mulher. No Brasil, a data é marcada pelo Dia da Prevenção da Mortalidade Materna. Sendo uma das formas de preveni-la, a diminuição de cesáreas desnecessárias, incentivando-se o parto normal.

Neste ano, o Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna institui o Pacto Nacional pela redução da Mortalidade Materna e Neonatal, cujo tema é o Incentivo ao Parto Normal.

O Brasil é líder em cesarianas. Segundo dados do Ministério da Saúde, a cesariana já representa 43% dos partos realizados no Brasil, no setor público e no privado. Nos planos de saúde esse percentual é ainda maior, chegando a 80%. No Paraná, o percentual de cesarianas em relação ao parto normal foi de 51,8% em 2006, de acordo com dados preliminares do Sistema de Nascidos Vivos.

Cesarianas desnecessárias acarretam riscos adicionais para a mãe e a criança. Entre eles destaca-se o risco de infecções, hemorragias e problemas anestésicos. Além disso, pode ocorrer o aumento da mortalidade fetal e neonatal, bem como, o risco de retirar o bebê antes de completar seu desenvolvimento, apresentando baixo peso ao nascer.

Em 1984, o Ministério da Saúde, atendendo às reivindicações do movimento de mulheres, elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, marcando uma ruptura conceitual na política de saúde para as mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo.

Em 2003, nas comemorações do Dia Nacional de Redução da Morte Materna, foram assinadas duas portarias. A primeira delas tratava de subsídios para o aperfeiçoamento da política nacional de redução da mortalidade materna, e o estabelecimento de correlações com os Comitês Estaduais, Regionais e Municipais, a serem criados nas localidades com mais de 100 mil habitantes. A segunda tornava obrigatória a notificação de óbitos de mulheres em idade fértil.

Em março de 2004, foi lançado o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, objetivando articular os atores sociais, historicamente mobilizados em torno da melhoria da qualidade de vida de

mulheres e crianças, na luta contra os elevados índices de mortalidade materna e neonatal. A meta é alcançar uma redução anual de 5% nos índices de mortalidade materna e neonatal, para atingir, por volta de 2015, os índices aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde.

Hoje, mais do que nunca, é importante cuidar da saúde feminina. Enfrentando mais de uma jornada diária de trabalho a mulher tem encontrado várias dificuldades para cuidar adequadamente da sua saúde. Medidas precisam ser tomadas no sentido de propor políticas públicas que cuidem da saúde das mulheres.

É por tudo isso que as iniciativas como a do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna são muito importantes, incentivando o parto normal, pois só assim poderemos contribuir na redução da mortalidade materna.”

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Hoje, mais do que nunca é importante cuidar da saúde feminina. As mulheres hoje são arrimo de família, muitas são Líderes e mantenedoras das suas famílias e, às vezes, até de outras.

Temos encontrado várias dificuldades para cuidar adequadamente dessas mulheres. Medidas precisam ser tomadas no sentido de propor políticas públicas que cuidem da saúde das mulheres. É por tudo isso que as iniciativas como a do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna são muito importantes, incentivando o parto normal, porque só assim poderemos contribuir na redução da mortalidade materna.

Há algum tempo atrás se estabeleceu no sistema hospitalar metas, onde os hospitais não poderiam ultrapassar um certo número de cesariana e o que nós assistimos por aí foi alguma coisa assustadora. Tínhamos em muitos hospitais do Paraná a história de que para manter os índices aceitáveis se deixavam mulheres com indicações precisas de cesariana, agonizando, porque não se podia ultrapassar tal índice porque já se tinha submetido outras mulheres que não tinham essa indicação por cesarianas ditas eletivas, às vezes, pagas mesmo quando feitas pelo SUS, com acordo por “debaixo dos panos”, com a equipe médica ou com o hospital.

Então, não basta dizer que não podemos ultrapassar o limite de 50%, de 40%, de 30%. Por isso, o trabalho dessas mulheres é essencial. O que precisamos é conscientizar as mulheres que o parto normal é o natural, é o esperado e é o melhor, para sua saúde e para saúde do seu bebê. A fruta só cai quando madura, não é Deputado Dr. Batista?

Temos que trabalhar nesse sentido, medidas taxativas que o hospital não vai receber esse incentivo se não cumprir essa meta de fazer tantos partos normais. Se não reduzir estas cesarianas não vai ao encontro e, geralmente, penaliza a parte mais fraca da sociedade.

Então, você continua fazendo cesárea eletiva e naquela que tem indicação clínica você penaliza a mulher, a mãe. Temos que tomar bastante cuidado com relação a esta questão.

Hoje, neste Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, não podemos esquecer. O movimento trouxe, está na mesa dos senhores um panfleto mostrando claramente, como o parto normal deixa a vida acontecer naturalmente. O momento especial merece atenção especial. Tudo tem o seu tempo e o seu bebê precisa de tempo para estar pronto. Fique tranquila em breve você estará curtindo o seu bebê. Mantenha a calma, o seu médico pode orientá-la e é uma experiência única.

É um panfleto escrito para o coração da mulher. Esperamos que a gente consiga divulgar e levar essa mensagem a todos os cantos do nosso Paraná.

Com aparte o Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputada Rosane, quero cumprimentá-la não só por trazer o assunto à Assembléia Legislativa, mas também o que me parece que há alguns temas, alguns assuntos que são necessários serem debatidos e que na maioria das vezes não são justamente, porque como temos nas Assembléias, nas Câmaras e no Congresso Nacional um número reduzido, inclusive, de Parlamentares mulheres, às vezes esses temas parece que são temas que dizem respeito apenas às mulheres como se fossem uma questão de gênero. Na verdade não é.

Acho que a senhora traz um tema aqui extremamente interessante. Tenho também pessoas da minha família que são da área da Saúde, que fazem esses mesmos comentários que a senhora faz aqui, até porque a minha mulher é enfermeira e trabalha no Hospital Pequeno Príncipe. Mas, acho que algumas situações como essa são vividas, além de tudo que temos, além de todas as dificuldades que a senhora já relatou aqui. Sabemos que as mulheres são as primeiras a enfrentar as dificuldades, quando não há por exemplo uma rede que possibilite ter um atendimento decente. Sabemos que muitas das mulheres que morrem hoje, não morrem apenas por questões, como a senhora aqui relatou, relacionadas ao parto, mas, muitas vezes por aborto mal feito. Esse é um tema que não se debate no Brasil, como se fosse tabu.

Não conseguimos debater temas como a violência doméstica. Falava com a senhora antes, no Brasil, hoje, a cada 15 minutos uma mulher é espancada. Então, acho que há temas que dizem respeito especificamente às mulheres e há temas que dizem respeito aos direitos humanos.

Nesse caso que a senhora traz aqui, é um tema de maior interesse, como se não fosse suficiente já ser um tema que diz respeito às mulheres, mas diz respeito também à questão dos direitos humanos. Acho que é um direito da mulher e é uma obrigação do estado fazer com que ela tenha esse esclarecimento e tenha condições de

ter o seu filho conforme ela achar melhor e conforme for melhor para ela e para seu filho.

Parabéns pela iniciativa de trazer esse tema ao debate.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Deputado Tadeu Veneri. Com o aparte do Deputado Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputada Rosane, queria mais uma vez parabenizá-la por trazer a esta tribuna, a esta Casa, um tema de grande relevância e que deve ser debatido à luz da consciência de cada um, com a orientação. V. Exa., pela profissão como enfermeira, conhece em profundidade a questão e falou uma coisa que me tocou muito forte. Exatamente, muitas mães que muitas vezes são levadas ao extremo aguardando um parto normal, quando talvez nesse caso coubesse uma cesariana e, muitas vezes a opção da marcação com três, quatro, cinco meses de uma cesárea, quando nem é necessária.

Então muitos hospitais, às vezes, para tentar na atualidade manter uma imagem que estão cumprindo o estabelecido pelo Sistema, pelo Ministério da Saúde, colocam muitas mães em risco e às vezes vendem um falso conforto àqueles que podem pagar, evidentemente, e que estão expondo a risco maior.

Então é importante trazer a esta Casa, é importante que possamos debater e, realmente, conscientizar e cobrar realmente esta posição, tanto da rede hospitalar, quanto da rede municipal, das Prefeituras, do trabalho pré-natal. Esta Casa tem um papel fundamental.

Parabéns pelo tema que traz à tribuna.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada, Deputado Strapasson, tanto o senhor como o Deputado Tadeu Veneri têm uma postura de estar sempre aqui em defesa das políticas públicas, que representam, realmente, a qualidade do trabalho nosso enquanto Parlamentar.

Obrigada pelo aparte, sei da sua sensibilidade e que o senhor é parceiro nessa nossa luta. Quero aproveitar os dois minutos que me restam para abordar dois assuntos.

O primeiro, ontem assisti a TV Câmara, a aprovação em 1ª votação da PEC nº 333 que regulamenta o número de Vereadores em diversos municípios do estado do Paraná.

Num primeiro momento, Deputado Valdir Rossoni, achei que quando o STF legislou sobre esse assunto, que realmente precisaríamos reduzir o número de Vereadores para ir ao encontro do que a população queria que é a redução do custo dos Legislativos Municipais. Mas a redução do número de Vereadores não significou redução de custos, muito pelo contrário, se manteve o gasto nas Câmaras Municipais e simplesmente se concentrou o

poder e se retirou a representatividade de alguns segmentos da sociedade.

Quero me manifestar, o Líder do Partido Verde, o Deputado Sarney Filho, falou em nome do partido, se posicionou favoravelmente com relação à aprovação da PEC nº 333. E faço das palavras do Deputado Federal Sarney Filho as minhas palavras nesta Casa. Nós, também o PV do estado do Paraná, somos a favor da PEC, alertando que a população cobre dos Vereadores, assim como dos Deputados, assim como de todo Executivo o papel que lhes cabe. Hoje teremos uma maior representatividade, provavelmente consigamos, inclusive no Senado, até o dia 30 de junho, e teremos já um número maior de Vereadores concorrendo no próximo pleito eleitoral.

O que cabe a nós é ficarmos atentos enquanto cidadãos, legisladores Parlamentares, cumprir com o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Essa presidência cumprimenta a Deputada Rosane por abordar um tema de tão grande interesse nacional, que hoje o parto tem sido motivo de comércio e não deixar a vida acontecer naturalmente.

Parabéns Deputada Rosane.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Malucelli.

Deputado Luiz Malucelli (PSDB)

O SR. LUIZ MALUCELLI

Boa-tarde senhoras e senhores, Presidente, demais membros da Mesa, Presidente do PSDB Valdir Rossoni, Deputadas, Agentes Penitenciários que aqui estão, as senhoras que se fazem presentes. Parabéns a Deputada Rosane pelo excelente argumento que usa nesta Casa.

Queria antes de defender o projeto de lei que deu entrada hoje nesta Casa, parabenizar o jornalista David Campos e parabenizando-o quero também parabenizar toda a equipe da TV SINAL pelo excelente trabalho que vem fazendo. Ontem mesmo vi a Guerra do Pente. Uma reportagem espetacular, de uma revolução que se deu aqui em Curitiba e a TV SINAL vem dando ao paranaense lição do passado e nos pondo cada vez mais por dentro do que se passou no nosso estado.

Peço aos companheiros Deputados o apoio a esse projeto que estou dando entrada hoje, que proíbe a cobrança de taxa pela expedição de diplomas universitários por instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais. Por quê? O aluno que economiza o dinheiro, que trabalha o dia inteiro e estuda à noite, ele faz um curso profissionalizante, faz uma faculdade, faz um estudo complementar para o seu conhecimento e na hora de fazer a matrícula ele já pagou pelo diploma. Então, recebi na semana passada, mesmo sem estar nesta Casa, representantes de alunos de vários cursos que ponderaram a lei aprovada, agora, no estado de Santa Catarina,

até porque anuidade escolar desdobrada em duas semestralidades constitui a contraprestação pecuniária correspondente à educação ministrada, à prestação de serviços a ela diretamente vinculadas como matrícula, estágios obrigatórios, utilização de laboratórios e biblioteca, material de ensino de uso coletivo, material destinado à provas e exames, primeira via de documentos para fins de transferência e certificados ou diplomas, modelo oficial, da conclusão de curso, de identidade estudantil, de boletins e de notas.

Peço aos Srs. Deputados que quando este projeto de lei tramitar nesta Casa, que estou protocolando no dia de hoje, possamos olhar com carinho e respeito a este cidadão que paga com muita dificuldade o seu estudo e na hora de tirar o diploma ainda tem que pagar esta sobretaxa injusta e que não pode ser cobrada por força de lei.

É este meu pedido, para que possamos ter cada vez mais jovens estudando, podendo estar se qualificando para melhores dias no seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso da tribuna hoje para fazer um registro a respeito do Dia Nacional de Luta pela Redução de Jornada de 40 horas, uma luta que está sendo feita no Brasil inteiro, em função de um projeto de emenda constitucional tramitando no Congresso Nacional, PEC nº 393/01, que pretende a redução de 44 para 40 horas semanais no Brasil.

Antes, quero saudar todos os nossos visitantes que vêm hoje acompanhar a possível derrubada do veto aposto pelo Governador Roberto Requião a sua possibilidade de utilizarem armamentos. Sejam todos bem-vindos. Acho que vamos votar em breve. O Deputado Professor Luizão fará uso da tribuna, já nos manifestamos, mas já quero de público me manifestar favorável à derrubada do veto, porque acho que é justo e seu projeto é merecido.

Mas, Sr. Presidente, no Brasil hoje temos uma situação interessante. Em que pese termos tido um alto aumento na empresa, nas indústrias, na agricultura, no comércio, no sistema financeiro, um alto aumento de produtividade, continuamos tendo jornadas que em tese são de 44 horas, mas que muitas vezes chegam a 60 horas.

Falo isto porque temos no Paraná um pólo automotivo que tem, hoje, cerca de 2 mil pessoas afastadas. Nas indústrias automotivas do estado do Paraná, de 2 mil a 3 mil afastadas por problemas vinculados a sua atividade profissional. E estas pessoas afastadas, sem dúvida

nenhuma, são pessoas que acabam onerando o Sistema Público de Saúde.

Então, não é possível que no momento em que temos uma produtividade tão alta, por exemplo, na agricultura, cortadores de cana - hoje falei com trabalhadores da FETAEP e estávamos dizendo que a maioria das usinas de cana não quer respeitar o salário-mínimo regional, porque acham muito caro. Entretanto, não acham caro produzir toneladas e toneladas de cana. O Brasil está exportando etanol, está financiando, como foi dito aqui, refinanciando dívidas, financiando agricultura. E aí parece que se esquece disso tudo.

Então, tenho dados que gostaria de passar. Mas, ponha hoje a jornada semanal de trabalho de 35 horas, 36,8 horas. Na França, 40 horas. Na Alemanha, 42 horas. Estados Unidos, 5,8 vezes menos, é o quanto custa a mão-de-obra no Brasil, com relação aos Estados Unidos, seis vezes menos é o quanto custa a mão-de-obra no Brasil, com relação a Holanda. E três vezes menos quanto custa a mão-de-obra com relação a Coreia. Vinte e dois vírgula dois milhões de trabalhadores brasileiros que faziam jornadas semanais de 44 horas em 2005.

Teríamos, hoje, a criação de 1 milhão e 200 mil novos empregos, que poderiam ser gerados sem as horas extras, porque além da jornada de 44 horas, como eu falei, a maioria desses trabalhadores fazem duas ou mais horas extras. Um vírgula noventa e nove por cento é quanto representariam quatro horas a menos de trabalho por semana no custo da indústria e 3% do lucro das montadoras de veículos são gastos com folha de pagamento.

Então, é um absurdo que ainda estejamos fazendo uma relação no que diz respeito ao pagamento e no que diz respeito à relação com os trabalhadores como se estivéssemos no início do século XX, quando alguns patrões diziam que os imigrantes que vinham para o Brasil não poderiam ter sábados e domingos, porque se tivessem essa folga, eles iriam promover tumultos e se embebedariam. Parece que alguns patrões ainda acreditam nisso, mas acreditam nisso na hora de pagar o salário, porque na hora de reclamar das taxas de juros altos, dos encargos altos, aí parece que esquecem e parece que o Governo tem que dar uma resposta rápida.

Acho que o Congresso Nacional tem condições objetivas de reparar uma situação que a maioria dos nossos trabalhadores vem vivendo e fazer com que tenhamos, de fato, condições de produzir como produzimos, mas que essa produção e o lucro dessa produção possam ser melhor distribuídos entre aqueles que produzem a riqueza no nosso país. Não é possível que continuemos achando que um trabalhador possa ter 44, 46, 48, às vezes 60 horas por semana sem que possa se especializar, sem que possa estudar, sem que possa ter tempo para sua família, tempo para lazer e isso seja revertido apenas em lucros para aqueles que geram empregos, muitas vezes a um custo de uma mão-de-obra que é extremamente explorada. O sistema financeiro, hoje, explora os trabalhadores de uma forma como nunca foi feita na nossa his-

tória, entretanto é o sistema financeiro também que tem os maiores lucros de toda a história recente de nosso país.

Por isso, acho que a luta pela redução da jornada para 40 horas tem o apoio incondicional do Partido dos Trabalhadores e de diversos partidos aqui nesta Casa. Tivemos uma Audiência Pública nesta Casa em que tivemos diversos Deputados também se manifestando favoráveis e acredito que quando vier a votação no Congresso Nacional os Deputados irão aprovar a PEC, porque é hora de fazermos justiça com aqueles que produzem a riqueza no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes. Agentes Penitenciários, que estão ansiosos e aguardando o momento de votarmos aqui o veto do Governador em relação ao projeto que vos interessa.

Quero somente esclarecer alguns procedimentos, porque o veto estará colocado na pauta da 2ª Sessão, que vai acontecer após esta Sessão Ordinária, a Sessão de amanhã que foi antecipada para hoje. Também, faço uma solicitação aos agentes para que, a pedido do Presidente em exercício desta Casa, o Deputado Antonio Anibelli, não haja manifestações, porque na verdade o objetivo de vocês é realmente que o veto seja derrubado - esse é o objetivo. Então, para que não tenhamos nenhum problema maior de interrupção da Sessão, já que o nosso Presidente em exercício é bastante enérgico e foi muito atencioso conosco em colocar o projeto na Ordem do Dia da 2ª Sessão, esperamos realmente que tanto esta como a próxima Sessão transcorram com a maior normalidade e que os agentes, através de seus representantes, façam o convencimento individual dos Deputados que vocês conhecem e das suas bases eleitorais. O que vai valer no momento da votação é o interesse de cada Deputado, é o compromisso, é o que ele acha em relação a esse projeto, a sua posição, enfim.

Também queremos agradecer os Deputados que já na primeira oportunidade que tivemos o projeto foi aprovado por unanimidade, a maioria dos Deputados aprovaram, eles concordaram que o Agente Penitenciário exerce uma profissão de risco, estão submetidos no dia-a-dia a um estresse porque eles lidam com as piores pessoas de nossa sociedade, com marginais, com bandido. É evidente que dentro das penitenciárias tem que impor a disciplina, tem que impor as regras do Sistema Penitenciário. Esse é o trabalho que a sociedade pede aos Agentes Penitenciários, esse é o trabalho que a sociedade paga para os Agentes Penitenciários fazerem para que

eles tomem conta dessas pessoas que estão pagando pelos crimes que cometeram. E evidente, por essa postura enérgica que os agentes têm que exercer no ambiente penitenciário, eles geralmente sofrem pressões, eles quando estão fora do serviço ficam temerários das represálias que possam acontecer com eles e com as suas famílias em virtude do trabalho que exercem no Sistema Penitenciário.

Evidente que o bandido está preso, ele está cumprindo pena, mas um dia esse bandido sai, e aqueles que não regeneram, nós sabemos, eles andam pelas ruas armados. E os cidadãos comuns, assim como o Agente Penitenciário, ele anda desarmado porque ele está proibido de portar uma arma para defender a si próprio e a sua família. Então, é nesse sentido que apresentamos o projeto nesta Casa a pedido dos Agentes Penitenciários, especificamente do Eduardo que trabalha no Sistema Penitenciário em Piraquara, do Cleiton que é Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Então, atendemos esse pedido. Apresentei o projeto porque estou convencido da necessidade do agente utilizar o porte de arma para a sua defesa pessoal. O projeto teve parecer favorável na CCJ, o Relator foi o Deputado Reni Pereira, ao qual agradeço pela sua postura, analisando a legislação ele constatou que o projeto é constitucional porque estamos apenas regulamentando um artigo do Estatuto do Desarmamento que restringiu muito o porte de arma no território brasileiro, mas o legislador federal quando aprovou o Estatuto do Desarmamento, naquele momento ele já entendeu a necessidade do Agente Penitenciário ser considerado uma exceção, em virtude do trabalho que exerce de alto risco. Então, estamos apenas regulamentando o artigo do Estatuto do Desarmamento que a lei federal considerou o Agente Penitenciário e o agente que faz o transporte de preso como aqueles que podem utilizar uma arma de fogo, portar uma arma de fogo para a sua defesa pessoal.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, na 2ª Sessão dessa tarde farei o encaminhamento, claro, solicitando aos Deputados e Deputadas o apoio ao nosso projeto. Mas, desde já quero agradecer a base do Governo, a qual eu faço parte, respeito os Deputados e também o Governador que considerou o projeto que não atende o interesse público, mas insisto, sou da base do Governo Requião, apoio o Governador, mas evidente que não vou contra um projeto de minha autoria, do qual estou convencido da importância desse projeto.

A Sra. **Luciana Rafagnin (PT)**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. e me somar a sua pre-ocupação. Há poucos dias o Governador Requião esteve inaugurando a Casa de Custódio no meu município em

Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, e conversamos com os Agentes Penitenciários e sabemos dessa preocupação que eles têm, e todos foram unânimes em pedir o nosso apoio a esse projeto. E quero dizer que V. Exa. já contou com esse apoio na 1ª votação e terá novamente o nosso apoio. Entendemos que é uma questão de segurança para os Agentes Penitenciários.

Estamos discutindo as questões dos Agentes Penitenciários e um dos temas que nos chamou a atenção lá no município foi a falta de preparação do município em receber esses agentes. Hoje estamos com um debate sobre a questão de moradia.

Precisamos entender que o município tem que estar aberto para debater os problemas que surgem com a vinda da Casa de Custódia, como é o caso de Francisco Beltrão.

Quero parabenizá-lo pelo seu projeto e conte com o nosso apoio sim.

Muito obrigada.

O Sr. Carlos Simões (PR) (Aparte)

Agentes Penitenciários, sejam bem-vindos!

Aqui em minhas mãos tenho um documento de Fernando Ferreira da Anunciação, ele é agente do Mato Grosso Sul, que diz: “Porte de arma de fogo autorizado no âmbito estadual, devendo portá-la com registro, de maneira discreta em locais públicos.”

Realmente é perigoso! E muitos seres humanos, por excelência, levam ódio. Eles são trabalhadores como qualquer trabalhador do Brasil.

Por isso, V. Exa. tem meu apoio nesta Casa. Mas lhe alertando, hoje estamos com baixo quórum, talvez não fosse o dia adequado para a votação. Eu sugiro que seja na segunda ou terça-feira, pois temos quórum total.

Na CCJ votei favorável e tivemos o apoio unânime do Deputados.

Então, estou com V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Muito obrigado, Deputado Carlos Simões, mas esperamos que até o horário da 2ª Sessão os Deputados devam estar presentes aqui.

Aproveito também este momento para anunciar que amanhã à tarde acontecerá, no plenarinho desta Casa, uma Audiência Pública da aquicultura e pesca. Foi proposta por mim. Convido a todos os Parlamentares. Estará presente o Ministro da Aquicultura e Pesca, que assumiu em 3 de abril de 2006, e ouvirá aqui a cadeia produtiva de aquicultura e o setor pesqueiro do Paraná. Destacará as prioridades do Governo Federal para o setor no Brasil, e de modo especial aqui no Paraná.

Quero registrar a presença do José Wigineski, nosso conhecido Zeca, Superintendente Estadual da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, que conosco vai comandar, amanhã, esta importante Audiência Pública. Nós que temos o objetivo de incentivar o cultivo

pesqueiro no nosso Brasil e principalmente no nosso estado, já que o Brasil é um país que tem uma extensa costa banhada pelo oceano Atlântico e inúmeros rios que podem ser melhor explorados no setor pesqueiro.

Os dados do IBAMA de 2005 registram que a produção do nosso estado, de pescado, foi de 20 mil 258 toneladas, sendo pesca extrativa da Marinha, 1.995 toneladas; pesca extrativa continental, 733 toneladas; e aquíicultura continental, 16 toneladas e 757 quilos. Há 12 mil pescadores artesanais cadastrados, atualmente, na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do nosso estado, e existe no estado, segundo dados da EMATER, 22 piscicultores. Então, temos 17 comunidades pesqueiras cadastradas que exercem pesca artesanal, aquíicultura, turismo ambiental e aquíicultura de subsistência. A frota pesqueira cadastrada é de 1.567 embarcações. O estado tem dois rios interestaduais de maior porte, que são o Paranapanema e o rio Paraná. O Governo do Estado possui um programa de repovoamento dos rios estaduais.

Aproveito este momento para convidar os nobres Deputados e Deputadas para participar, junto com o Ministro da Aquicultura e Pesca, da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, dessa Audiência Pública que vai se realizar aqui no plenarinho da Assembléia, amanhã, a partir das 14h30. Esperamos conhecer melhor, nessa Audiência Pública, a situação do setor pesqueiro de nosso estado e propor alternativas para ampliar a produção de peixes em nosso estado e a exploração comercial da aquíicultura no Paraná.

Era isso. Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência quer agradecer as palavras elogiosas à minha pessoa, Deputado Luizão, e dizer que este projeto em favor dos Agentes Penitenciários é muito justo. Atendendo seu pedido, porque V. Exa. merece meu respeito e minha amizade, por isso colocamos nesses 10 dias que sou Presidente. Então, é uma homenagem que preste a V. Exa. e aos Agentes Penitenciários.

Grande Expediente:

Grande Expediente. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, nesta tarde, é sobre uma manifestação da comunidade indígena que ocorre em nossa capital. Aproximadamente 80 indígenas das etnias Caingangue e Guarani, há cerca de 24 horas atrás, ocuparam a sede da FUNASA, em Curitiba, por conta de uma situação extremamente complexa que essa comunidade

está sofrendo, que é justamente a falta de assistência médica às comunidades indígenas do Paraná.

Como V. Exa. sabe, temos cerca de 23 mil indígenas em nosso estado, cerca de 18 aldeamentos indígenas, se não me falha a memória, e o fato é que a FUNASA tem um convênio com uma ONG chamada Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, que cuida do atendimento médico das reservas indígenas do estado do Paraná. É a forma que o Ministério da Saúde, por meio da FUNASA, cumpre um mandamento constitucional para atender à comunidade indígena no estado do Paraná.

Além desse problema objetivo em relação à falta de médicos e remédios, Deputado Pugliesi, há também um problema grave, porque havia uma empresa contratada para fazer o transporte tanto das crianças, quanto dos doentes, do aldeamento indígena para as cidades, quando as consultas acontecem fora da aldeia, Dr. Batista. Lamentavelmente, também esse transporte não está acontecendo. Com V. Exa. sabe, é uma previsão constitucional, que é a união que tem que atender às comunidades indígenas.

Digo a V. Exas. do sentimento de que quando fui Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, desenvolvemos o Programa Casa da Família Indígena. Quando saí da COHAPAR tínhamos construído mais de 650 unidades habitacionais para essa comunidade, respeitando, do ponto de vista da cultura do indígena, a arquitetura das unidades habitacionais, tanto da etnia Caingangue, quanto da etnia Guarani.

Não é possível que possamos aceitar que, por alguma razão burocrática, fique a comunidade indígena sem ter a prestação de serviços médicos, que são absolutamente fundamentais na vida de uma família, seja ela do homem, da população afrodescendente ou do indígena, que é o originário das nossas terras, a quem devemos ter o maior respeito.

Liguei para o Secretário da Saúde, Gilberto Martin, que está em Brasília, que aproveitou ir à FUNASA. É de fato uma situação complexa. A comunidade, hoje pela manhã, esteve no meu gabinete. Sei o quanto precária está essa situação. Se o Governo Federal, através da FUNASA, não tomar uma providência, o estado terá que tomá-la para poder resolver o tema, que certamente terá que ter tratado. É inacreditável que possamos vivenciar, em um estado organizado, igual o nosso, uma situação igual a essa. Não é possível que a FUNASA possa ter chegado a este ponto, de por conta de questões burocráticas, seja de prestações de contas da ONG, não sei qual é a motivação, que não repasse cerca de mais de R\$ 900 mil que está inviabilizando o atendimento à comunidade indígena.

Quero chamar a atenção de V. Exas., porque providências têm que ser tomadas. É inacreditável esse tipo de comportamento. E mais, os indígenas agem sempre em legítima defesa. Agora mesmo, quando vimos a discussão sobre a Reserva de Raposa do Sol, em Roraima, vamos verificar que por trás daquilo tem os especuladores

de terra, que querem diminuir o tamanho da reserva. Sabemos que o Exército Brasileiro pode atuar ainda melhor dentro de uma reserva indígena do que trabalhando com os arrozeiros, que certamente querem poder ocupar todo esse vasto território.

Dizer a V. Exas. que há uma programação de manifestações que serão feitas, se não houver o atendimento, que inclui o bloqueio de uma rodovia federal. Não vou revelar qual é a rodovia, por conta de que é uma decisão da comunidade indígena. Entendo que essas manifestações são legítimas, quando são para assegurar direitos, especialmente da comunidade indígena, que é um povo sofrido, que tem que merecer por parte dos Governos o apoio que precisam para ter uma vida digna. No estado do Paraná, essas têm avançado muito, do ponto de vista objetivo, com relação à sua situação de vida.

Chamar a atenção do nosso Presidente, Deputado Antonio Anibelli, que representa o município de Mangueirinha, onde há uma das maiores reservas indígenas do nosso estado. Quero que V. Exa., na qualidade de Presidente em exercício desta Casa possa estar solidário a esta luta, porque seguramente não é à toa que os indígenas estão ocupando a sede da FUNASA. É uma medida extrema e lá vão permanecer enquanto aguardam uma solução da direção da FUNASA em Brasília, que tem que dar uma resposta objetiva na medida que os Coordenadores da FUNASA aqui no estado do Paraná não conseguiram, por razão que eu não sei, dar uma resposta objetiva e a solução não existe.

E por último, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero chamar a atenção - não tenho aqui em mãos ainda - mas temos uma grande decisão que venho esperando há muito tempo. O Desembargador Federal, Lugon, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, votou ontem, o 3º voto que faltava para acabar com aquela famigerada praça do pedágio que está instalada, como uma ratoeira, próximo ao município de Jacarezinho, na divisa com São Paulo, e que V. Exas. sabem, tem um faturamento de mais de R\$ 5 milhões por mês.

V. Exas. sabem, o Governo anterior, sei que aqui cada vez que falo em Governo anterior ofende algumas pessoas, mas o Governo anterior cometeu um ato ilegal, fez um aditivo e também pedagogiu um trecho da PR-153, que não constava no famigerado edital de licitação que havia sido feito para poder dar de presente essas rodovias para a iniciativa privada.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Tenho notado e observado, V. Exa. é um combativo Deputado contra o pedágio. Eu até consigo entender, quanto ao compromisso do Governador de ter prometido baixar ou acabar o pedágio, entendo que foi num arroubo de campanha, desmontou seu adversário ali, ganhou a eleição, não acabou, não baixou, porque ele conhecia os contratos.

O que não consigo entender, na verdade, Deputado Romanelli, compreendo e admiro a sua luta, não aprovo o “fura pedágio”, isso aí é uma questão que há uma discordância entre nós, mas o que não entendo é o pedágio da Lapa.

O pedágio da Lapa, Deputado Romanelli, foi instalado e começou a cobrança do pedágio da Lapa no Governo Requião. Então, fico me perguntando - queremos resolver o problema do pedágio? V. Exa., tenho certeza que deseja, mas será que todos desejam? Esta é a pergunta que deixo no ar, e não leve essa minha preocupação com o pedágio da Lapa, porque sei, aqui rolou um estresse, até lhe concedo - aqui no tempo do pedágio da Lapa rolou um estresse, porque eu sabia e soube que o Governador não queria autorizar o início da cobrança do pedágio da Lapa. Depois, não sei porquê, ele autorizou.

Então, esta questão do pedágio, o Governo anterior errou, nós participamos desse erro, mas vejo que este Governo continua insistindo no erro também, porque não vejo solução. A própria Procuradora disse que o Governo nunca quis dialogar com as concessionárias para encontrar uma solução do preço do pedágio.

São estas as informações que tenho, salvo eu esteja equivocado, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, V. Exa. conhece profundamente o tema do pedágio, claro. V. Exa. discutiu este tema aqui, era Líder do Governo Jaime Lerner quando foi feito esse modelo perverso de pedagiamento das rodovias.

E também sabemos que o aditivo do pedágio da Lapa foi feito no Governo anterior, não neste Governo. Não, não! V. Exa. pode consultar e verificará que foi feito no Governo anterior. O senhor me desculpe, falha a sua memória aqui. Era Governador Jaime Lerner quando foi feito também esse aditivo do pedágio da Lapa, que entendo padece da mesma ilegalidade do pedágio de Jataizinho.

Mas o que importa, na verdade, até quero comunicar a V. Exas., é que o Desembargador Federal Lugon, ele terminou o seu voto e o voto é favorável ao fechamento do pedágio de Jacarezinho. Não posso dar aqui na íntegra como foi a decisão do Desembargador porque não está acessível ainda na internet, mas já tenho a notícia, a decisão é favorável ao fechamento, vão ter que retornar para Andirá. Retornando para Andirá, o ex-Prefeito Mamede, hoje Deputado Estadual que está licenciado, vai terminar um desvio pavimentando que tínhamos iniciado para nos livrar do malfadado pedágio entre Andirá e Cambará. Quem é da nossa região sabe o peso que este pedágio tem na economia do nosso estado. Agora, certamente, esta gente ainda vai lutar muito para manter o pedágio, não tem dúvida!

Quero aqui publicamente parabenizar as professoras Ana Lucia Bacon e a professora Elza que estiveram

aqui conosco e se for possível quero trazê-las novamente aqui, são as Coordenadoras do movimento pelo fim do pedágio em Jacarezinho. Elas representaram o Ministério Público Federal e o Juiz Federal de Jacarezinho, que aliás foi o único dos Juízes Federais que não concedeu contra nós interdito proibitório, Deputado Rossoni. Foi por isso mesmo que protestei de forma veemente em relação à questão do pedágio. Protesto é um direito de escolha das pessoas, não estou fazendo aqui apologia para que se fure o pedágio, mas é um direito da pessoa se defender contra essas tarifas abusivas e injustas que têm. Agora, furar pedágio é um direito de escolha de cada um, cada um decide por si próprio, Deputado Pugliesi, V. Exa., pelo seu estilo rebelde, certamente já deve ter furado algum pedágio.

Quero dizer aqui que as decisões judiciais continuam, favoráveis. Já disse da decisão tomada pelo Juiz Federal, Gebran, que tomou uma decisão importante também aqui em relação a ECOVIA, garantiu a duas comunidades rurais, da Lavrinha e da Olaria, na divisa de Morretes com São José dos Pinhais, também eles vão estar praticamente isentos, porque é um pedágio por automóvel que cada um tem que pagar uma vez por mês. Este é um pedágio abusivo de R\$ 11,40 para quem vai a Paranaguá ou ao litoral!

Entendo que muitas vezes os curitibanos, aqueles que não vivem no interior, não sentem o preço do pedágio, mas quem é do interior sabe o preço que o pedágio tem na nossa vida, na nossa economia, e pior de tudo, como tem sido mal aplicado esse dinheiro que é tirado do suor dos caminhoneiros, dos trabalhadores, das pessoas que dependem de transitar para poder viver. Enquanto isso pagam um salariozinho pequenininho, como pagam para aquela moça que me contou, R\$ 540 e um planinho de saúde mixuruca.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que os temas que tratei aqui, tanto de pedágio como dos indígenas, espero na questão indígena uma solução, e do pedágio, se for possível quero aqui, na segunda-feira, ler na íntegra a decisão e que vão perder R\$ 5 milhões por mês, que é o que fatura o pedágio em Jacarezinho. Parabéns às professoras, ao movimento do fim do pedágio e ao Juiz Federal que tomou a decisão inicial e agora essa turma do Tribunal Regional Federal que, por 2 x 1, dá a vitória ao povo paranaense.

Era isso, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, parabéns a V. Exa. pela maneira sábia, serena e inteligente com que conduz os trabalhos dessa Casa.

Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes, Agentes Penitenciários que aqui estão.

Há pouco extrai da internet uma matéria oriunda de Brasília. Notícia de Brasília é sempre para “ferrar” o povo. Não vejo notícia lá do Congresso votar alguma lei que tenha uma utilidade social e que, efetivamente, melhore a condição de vida do nosso povo.

O tal do imposto do cheque, CPMF, ficou muito manjado na praça e está igual a um partido político quando fica muito manjado: muda de nome. Então, mudando o nome da CPMF, agora para CSS, que dá no mesmo, é “ferro” no povo brasileiro, porque quem paga isso é toda a população brasileira. O empresário, tendo que pagar o imposto do cheque, vai repassar na mercadoria que ele está vendendo para o povo.

Se não bastasse a volta do imposto do cheque, está aqui o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, admitindo que ainda hoje vão votar esse novo imposto e que até não será surpresa se a base parlamentar que apóia o Presidente Lula, incluir de carona, na rabeira, mais algum novo imposto.

Meu Deus do céu, a equipe do Lula não consegue contar tantos bilhões que estão entrando nos cofres! É a maior arrecadação de toda a história. O povo está pagando imposto, ou por cumprir o seu dever, ou por medo da Receita Federal, por medo da Polícia Federal, mas o Governo nunca carregou tanto. Então, o Governo não precisa de imposto de cheque, não precisa de nenhum novo imposto.

Agora vou ficar atento. Cada Deputado da minha região que votar para criar esse imposto, vou dar um não para o Deputado. Vou fazer uma divulgação: olha, o colega Deputado votou a favor para criar esse imposto. Vou fazer uma divulgação de graça para cada Deputado que for desumano no exercício do mandato, em Brasília.

Com o aparte o Deputado Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Deputado Belinati, respeito a posição de V. Exa., mas todos sabemos das dificuldades que a Saúde Pública enfrenta em nosso país, com certeza, no seu município, no meu, no nosso estado. A perda dessa arrecadação da CPMF foi um prejuízo muito grande para a Saúde, já que o Governo tinha concordado de aplicar todo o recurso da CPMF na área da Saúde. Tínhamos uma esperança grande de melhorar a Saúde e o atendimento à nossa população.

Esta proposta, a regulamentação da Emenda nº 029, evidente que a regulamentação, para melhorar, mandar mais recursos para a Saúde, não pode ser feita sem fornecer uma fonte de arrecadação. Então, essa CSS, essa contribuição para a Saúde tem esse objetivo.

Não vejo que é grande coisa você tirar 0,1%, era 0,38 a contribuição da CPMF. Uma contribuição que todos nós - é claro que vai ter uma isenção - os pequenos, os assalariados não vão pagar 0,1 para que possamos dar

essa contribuição e melhorar a Saúde e o atendimento à nossa população.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Todo mundo vai pagar, Deputado. V. Exa. defende o novo imposto, todo mundo vai pagar, até o favelado, até o andarilho quando for ao mercado comprar um pacotinho de arroz, vai estar incluído ali o imposto.

Agora, o Governo não está precisando de dinheiro, não. É só o Governo diminuir um pouco a publicidade que tem a noite toda, em todos os canais de televisão. É Banco do Brasil, é PETROBRAS, a noite toda. E o Governo demitir um pouco desses, olha, chegaram a falar em 50, 60 mil novos cargos comissionados para o Governo Lula.

Tenho a impressão - o que tem de gente se coçando em Brasília - se convocar todo esse pessoal que foi nomeado com alto salário, não tem local, não tem nem repartição para colocar todo esse pessoal. Vai faltar mesa, cadeira, para esse pessoal.

Sr. Presidente, outro assunto, peguei agora aqui também na internet. O Professor Luizão depois pode fazer uma defesa também do Governo: “Discurso do Brasil não condiz com a realidade interna.” Não é palavra de Antonio Belinati, é a palavra da Anistia Internacional. Vou repetir: “Discurso do Brasil não condiz com a realidade interna”. O Brasil corre o risco de perder credibilidade na comunidade internacional, porque o seu discurso, como defensor dos direitos humanos, não condiz com as realizações do Governo nessa mesma área aqui dentro do nosso país.

Quem está falando isso é o Deputado Luizão, da Bancada do PT. É Anistia Internacional. O pessoal do Governo arrota um discurso, mas na prática é bem diferente. Qualquer bronca o Lula que vá reclamar para a Anistia Internacional.

No documento promessas não cumpridas que acompanham a divulgação do relatório anual da organização, foram divulgadas hoje, quarta-feira, da Anistia Internacional. Olha que vergonha para nós!

A Anistia Internacional questiona a atuação do Brasil e de outros emergentes, principalmente entre os que buscam um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Países como o Brasil e o México têm tido posições fortes em defender direitos humanos internacionalmente e em apoiar o sistema da ONU. A não ser que a distância entre as políticas internacionais desses Governos e o seu desempenho doméstico seja diminuída. Se não for diminuída, a credibilidade do Brasil e do México como defensores dos direitos humanos será questionada.

A Anistia, inclusive, é da área de Segurança, que critica a intervenção do Exército na Polícia, na área de Segurança do Rio de Janeiro e vai por aí afora.

O Brasil está levando um pito, a matéria vai sair no mundo inteiro: “Que o pessoal do Governo fala em direi-

tos humanos, respeitar o cidadão”. Mas que na prática é só gogó, blablablá! Isso não resolve absolutamente nada.

Estranho e espero que um dia a Anistia Internacional possa elogiar o nosso Brasil por estar fazendo um discurso pelos direitos humanos e, na prática, também o Governo fazendo a sua parte.

No momento o Governo do Presidente Lula levando um baita puxão de orelhas mundial, de que aqui é apenas um discurso a favor dos direitos humanos, mas na prática o Governo pouco faz.

Presidente Antonio Anibelli, queremos saudar os Agentes Penitenciários que vieram, alguns são de Curitiba, região metropolitana, outros vieram de várias cidades do interior, porque logo que termine esta Sessão, vai ser votado o veto que o Governador colocou, que se prevalecer a vontade do Governador, Agente Penitenciário quando não estiver no trabalho não vai poder portar arma de fogo.

Tenho aqui xerox do documento que mostra que em alguns estados brasileiros, o Agente Penitenciário, mesmo quando está de folga, ele pode continuar portando a sua arma.

Presidente, lamento que hoje é quarta-feira, amanhã não vamos ter Sessão nesta Casa, não vai ter sexta-feira, sábado, domingo. Acho que quando a gente se candidata a alguma função, temos no mínimo a obrigação de comparecer para trabalhar. Aqui cada Deputado tem um jeito. Não sou tribuno, não sei discursar. Aqui temos nesta Casa grandes oradores. Waldyr Pugliesi, por exemplo, é uma estrela para nós. Fico de boca aberta ouvindo um Waldyr Pugliesi.

Mas têm outros que não sabem falar, mas cumprem bem o seu papel nas Comissões internas, discutindo projetos, apresentando projetos. Cada um tem a sua maneira de exercer o mandato. Agora, o que não pode é o cidadão, homem ou mulher, salvo por motivo de extrema força maior - e nesta semana me vi forçado a faltar pela primeira vez a uma Sessão nesta Casa, porque tive que ir a Londrina para o sepultamento de uma sobrinha. Foi a única falta que tive desde que se instalou esta legislatura, em fevereiro do ano passado. Mas, o que é que estou fazendo? Apenas cumprindo com o compromisso que assumi junto ao povo, quando pleiteei o voto do povo. E lamento quando vejo este Plenário vazio.

Srs. Agentes Penitenciários: para derrubar o veto do Governador tem que ter 28 votos contra. Salvo que eu esteja totalmente equivocado, mas pelo baixo número de Parlamentares aqui presentes, acho que é uma luta quase inglória, porque se nesta representação parlamentar tivermos alguns votos a favor do voto do Governador, vocês infelizmente perderam a batalha. Porque uma boa parte dos Parlamentares, hoje, plena quarta-feira, não estão aqui para trabalhar, para exercer o mandato que eles pediram e que o povo conferiu, através da urna eletrônica.

Presidente, conversei com o Deputado Duílio Genari, que é o grande Líder da nossa Bancada, do Partido Progressista e o Deputado me autorizou a transmitir

que a nossa Bancada vai votar, em peso, contra o veto do Governador Roberto Requião, a favor dos Agentes Penitenciários, porque quem é Deputado é Deputado a vida inteira. Tem gente aqui que foi Deputado há 20 anos e passa pelos corredores: “Bom-dia, Deputado; boa-tarde, Deputado”. Quem foi Governador há 30 anos, vai lá no interior e o povo: “Olá Governador, como vai o senhor?” O Coronel sai na rua e é Coronel a vida inteira. Na ativa ou na reserva. Assim é com todo mundo.

Com o Agente Penitenciário também não é diferente. O Agente Penitenciário, quando está trabalhando ou quando se aposentar ou quando tiver de folga, vai ter sempre a marca de Agente Penitenciário. E se alguém, por algum motivo, tentou aprontar dentro dos presídios e foi barrado, foi impedido, foi disciplinado pelo Agente Penitenciário, o caminho que ele tem, às vezes, mesmo estando preso, é pedir para seu comparsa que está solto, matar o Agente Penitenciário, como já mataram dois na minha cidade de Londrina e vários aqui no Paraná. Não queremos que haja violência. Tomara que o Agente Penitenciário, melhor podendo portar arma do que alguém tentando matá-lo. Tomara que isto nunca seja necessário.

Mas, em respeito à vida destes Agentes Penitenciários que querem viver, que têm família, uma boa parte gente ainda jovem, começando sua vida, eles não podem ficar sob ameaça, sob fogo cruzado dos bandidos que estão dentro dos presídios e dos bandidos que estão do lado de cá e que estão sempre se comunicando com aqueles que estão presos muitas vezes têm que obedecer ordens aqui fora para matar ou praticar alguma violência contra o Agente Penitenciário ou contra sua família.

Sou a favor da paz. Mas, muitas vezes para garantir a paz é preciso que o Agente Penitenciário possa estar prevenido, no caso de ser vítima da ação de marginais, de bandidos perigosos que andam por aí.

Por isso, Presidente, vamos votar contra o veto do Governador. Vamos votar a favor desta categoria que para mim é umas das categorias que enfrentam os maiores perigos da vida, a constante ameaça ou interrogação. Está vivo, hoje. Será que amanhã este Agente Penitenciário vai poder voltar para casa, dar um beijo na esposa, na mãe, no pai, nos filhos, que estão lhe esperando? Alguns colegas desta categoria, destes trabalhadores não puderam ter esta alegria de voltar para casa.

Por isso, Sr. Presidente, em respeito ao trabalho de alta periculosidade que esses Agentes Penitenciários enfrentam no dia-a-dia, seja no trabalho ou de folga, vamos votar a favor de que eles possam ser portadores de armas para que possam garantir as suas vidas e garantir a vida de suas famílias.

Contem conosco!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Esta presidência registra com satisfação a presença do Prefeito de Cianorte, nosso ex-companheiro Edno Guimarães, irmão do nosso 2º Secretário, Jonas Guimarães. Nosso abraço!

No horário do Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, queria aproveitar para falar hoje, Deputado Romanelli, V. Exa. que estava programando um voto contrário ao meu projeto na CCJ e às vezes a CCJ comete alguns erros que acabam matando alguns projetos de iniciativa popular, apresentei nesta Casa, recentemente, um projeto que não é de minha autoria, mas a autoria vem em meu nome, porque o Deputado pode propor o projeto, mas é um projeto que visa proteger a antiga estrada de ferro, a estrada por onde passava o trem e as cidades do Paraná que têm grande entroncamento rodoviário, como é o caso de Ponta Grossa, onde o trem passava dentro da cidade e foi retirado, foi feito um desvio chamado Desvio Ribas e o trem passa mais distante, sendo que em alguns pedaços ainda passa na cidade. Mas existem muitas linhas onde antigamente passava o trem e que conduzem a cidade até o centro, vindo de Olarias, vindo da região de Uvaranas e vindo também de Nova Rússia, quando a ALL desativar aquela parte do centro. Então, Deputado Romanelli, o que podia fazer o legislador?

Não posso pedir ao Prefeito que segure lá, porque ele não vai fazer isso. Então, bolei aqui, junto com o professor Satiro, que é professor da universidade e um estudioso da cidade, de impedirmos, através de um projeto, que o Paraná Urbano e que o estado, através das suas várias agências, não financiem mais obras que venham a obstruir, em um futuro próximo, a vinda de um trem.

Estamos vivendo o caos nas grandes cidades e o número de veículos aumento em 30% a 40%, até nas pequenas cidades, por causa da economia do país, pois o carro ficou barato e você compra um carro em 100 prestações. Está todo mundo comprando carro. E a nossa preocupação em Ponta Grossa é muito grande, porque Ponta Grossa é uma cidade antiga e mal programada, não é uma Maringá, não é uma Londrina, uma cidade programada com ruas largas e avenidas largas. Temos ruas em Ponta Grossa que, se você fechar, o centro vira um caos! Quando tem desfile e fecha-se para colocar o palanque, pára a cidade. É uma cidade antiga e que não foi planejada. Então, o que temos que fazer para daqui a 50 anos, quando não estivermos mais aqui?

Haverá de passar o trem. A tecnologia via chegar nisso, já está chegando. Agora, antes de ontem, estive em Ponta Grossa o trem de luxo - que já trouxe um monte de gente do exterior que veio conhecer aquele passeio de Morretes até Foz do Iguaçu - parou em Ponta Grossa,

teve que parar lá do lado da OAB porque já não existe mais a linha do trem que segue os trilhos até o centro, na estação antiga, a Estação Saudade, que por coincidência do destino, quando eu tinha um ano de idade, a minha mãe veio do Rio Grande do Sul e passou ali, quando eu tinha um ano, aquele velho trem.

Então, a idéia do professor Satiro, que achei fantástica, é de proteger a antiga estrada de ferro dentro da cidade. E como é que eu posso fazer alguma coisa, Deputado Romanelli? Tenho que impedir financiamento. Então, agora mesmo o atual Prefeito está fazendo um ginásio de esportes de R\$ 10 milhões, exatamente na antiga linha do trem, o que me preocupa, porque na hora que tiver que vir o trem, além de derrubar essa obra se tiver que colocar o trem, vai se botar dinheiro fora; enquanto que nós podemos preservar todo esse leito, segurar, o estado não investe.

Não estou impedindo o estado, Deputado Romanelli, de investir num asfalto. O estado já fez isso, o estado já financiou a construção da Geraldo Pelanda que é uma sequência que vem de Uvaranas, da Sadia, e que isso pode ser feito, pode financiar o asfalto, porque o asfalto, depois, para passar o trem, não tem problema. Enquanto não vem o trem, passam os carros, mas preserva-se a cidade para daqui a 50 anos, V. Exa. que gosta de planejar, fez aquela reunião em Foz do Iguaçu de planejamento das cidades, que foi uma maravilha, que V. Exa. foi um dos comandantes nesta Casa.

Então, está se pensando em Ponta Grossa daqui a 50 anos. Daqui a 50 anos haverá de existir um trem, um metrô, alguma coisa. Se nós tivermos condições de segurar essa linha do trem até lá, não deixar construir nada, vamos ter facilidade de receber um trem, que pode ser um trem moderno na superfície, porque está tudo pronto.

Então, o que não podemos, e o Deputado Péricles que é um apaixonado pela questão urbanística da cidade, até porque já foi Prefeito e concorda com essa idéia que não é minha, é do Professor Satiro, queria pedir aos Deputados e aos membros da CCJ que aprove o meu projeto. O meu projeto não impede nada, ele apenas pede a proteção, como disse o Deputado Péricles, um rio, deve se proteger a sua trajetória, o seu curso, evitando obstruí-lo. É a mesma coisa a linha do trem. E somos privilegiados em Ponta Grossa, porque temos as linhas antigas ainda desativadas.

Então, quero pedir aos Deputados da CCJ que não dêem um parecer contrário. Tragam para o Plenário para aprovarmos e deixar como reserva. O que estou pedindo? Apenas que não se financie obras do Governo do Estado na linha onde poderá ser o trem do futuro. Isso é pensar em Ponta Grossa para daqui a 50, 60, 70 anos. Não vamos mais estar aqui, mas os nossos filhos, nossos netos vão estar e eles haverão de lembrar que lá atrás alguém se lembrou.

Hoje, Curitiba, qual é o dilema que vive? Quer colocar o trem aí. Como é que coloca? Vai ter que colocar por fora. Aqui no centro consegue colocar um trem? Só

se for por baixo. Mas daí tem estrutura? Não tem. Ninguém pensou nisso. O que estamos fazendo neste momento? Pensando no futuro. Alguém tem que se lembrar que daqui a 30, 40, 50 anos estaremos bem.

E finalmente, Deputado Stephanes Júnior, nosso lobinho, temos aqui o Capitão também, mas o nosso querido lobinho, queria fazer uma homenagem a V. Exa., hoje, em nome do seu pai, homenagem ao Ministro que é Ministro de muitos Governos, um Ministro que foi Ministro de várias pastas e que é o orgulho do estado do Paraná, hoje. Por quê? Porque em cada Ministério que passa deixa a sua marca da competência, do respeito e da organização. E ele agora faz com que o Presidente Lula, que não teve os votos dos ruralistas, a grande maioria dos ruralistas foram contra o Lula, tinha até um adesivo: "Lula, a praga da agricultura"; agora, o Lula é herói da agricultura, porque conseguiu fazer o que nenhum Governo fez, nas mãos desse eminente Ministro da Agricultura. Tenho orgulho de ter esse Ministro, que resolveu o problema da nossa agricultura lá fora e está resolvendo o problema daqueles que diziam que o Lula era uma praga para a agricultura. O Lula é um estadista. É uma praga, mas é uma praga boa para o país, inclusive para os ruralistas. Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Primeiro quero agradecer as gentis palavras suas com relação ao Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Sou filho, mas endosso tudo aquilo que V. Exa. falou, pela competência que ele tem. Ele hoje, através do Ministério, declarou que o Brasil está livre da febre aftosa, fazendo com que possamos exportar carne, sem restrições, para o mundo todo. E também está anunciando, começa a valer para este mês de junho, a renegociação da dívida agrária do Brasil. Os agricultores vão passar a ter novas condições. É algo inédito! Hoje o Brasil irá mudar na questão agrícola. E o Ministro é muito humilde. Qualquer outra pessoa estaria dando entrevista. Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Stephanes, cumprimento seu pai pelo que fez.

Gostaria que os agricultores, hoje, elogiassem o Lula. Só escuto críticas ao Lula. Agora é hora de aplaudir. As coisas estão acontecendo neste país. Vamos elogiar o Presidente Lula, porque fez o que nenhum Governo fez pelos agricultores. Tenho orgulho de ser paranaense. Orgulho do nosso Ministro em resolver as coisas do nosso Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. é o guerreiro de Ponta Grossa. Gostaria de parabenizá-lo pela lembrança do nosso Ministro, que é catarinense de Porto União, mas é paranaense pelo traba-

lho que tem demonstrado ao povo brasileiro, que aqui no Paraná se trabalha e tem gente competente.

No Horário das Lideranças: PP, PSDB, PDT.

(Declinam).

No horário dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

V. Exa., o fato de nascer em outro estado é um orgulho para nós.

Sou gaúcho de Passo Fundo, com muita honra, mas hoje sou paranaense por adoção. Mesma coisa o nosso Ministro. Nosso Ministro nasceu em Santa Catarina, como V. Exa. citou, mas foi feito no Paraná. A vida dele foi feita no Paraná. Então, o cargo que ele conquistou com seu trabalho no Paraná.

Continuamos amando nosso estado, eu continuo amando meu estado, mas é claro que amamos mais o estado em que estamos. Estamos aqui, nossos filhos nasceram aqui. É como a nossa Clevelândia que tive a satisfação de ter uma filha nascida na sua terra.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Quero dizer a V. Exa. que o Paraná é um estado novo e Bento Munhoz da Rocha dizia que o Brasil marcou um encontro no Paraná. Aqui é a terra de todos os brasileiros. Para aqui vieram paulistas, gaúchos para o norte; catarinenses e gaúchos para o centro-sul e sudoeste do Paraná. Por isso, este estado é progressista porque tem todos os representantes do estado. O que tinha de bom veio para cá.

Com a palavra o Sr. Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Rapidamente, gostaria de fazer algumas considerações sobre aquilo que a mídia e a imprensa do Brasil inteiro tem noticiado, esta semana, no que se refere ao déficit na dívida externa ou da balança comercial do nosso país. Os economistas quase foram unânimes na afirmação de que a luz amarela foi acesa. Dizem que a vermelha ainda está distante. Diversos fatores contribuíram para que chegássemos neste momento, Deputado Valdir Rossoni, e um dos fatores é exatamente o câmbio.

Se falarmos do câmbio, ou da valorização do nosso real, ou a desvalorização do dólar no mundo inteiro, faz com que muitas indústrias do mundo inteiro, mas principalmente vamos falar do Paraná e do Brasil, quantas indústrias do setor madeireiro, do setor têxtil, do setor de brinquedos estão fechando suas portas devido à facilidade da entrada de mercadoria estrangeira no nosso país devido ao câmbio. Então, é preocupante. Não quero citar nomes, mas temos aqui na Casa Deputados, Parlamen-

res que têm no seu comércio o grande consumo do mercado internacional e que já reduziram em 50% seu quadro de funcionários. Se continuar dessa forma, eles haverão até de desativar as suas empresas.

Se olharmos para os números, quer dizer, na balança comercial, na importação e na exportação, nos últimos dois anos tivemos no Brasil algo em torno de 40 bilhões de superávit. O que registramos agora, na atualidade? Aumentou a nossa exportação? Sim, aumentou algo em torno de 11 bilhões para 12 bilhões e meio/mês. Aumentou a nossa exportação, mas o que assusta é a importação. Importávamos algo em torno de 7 bilhões a 7 bilhões e 300/mês e isso aumentou para US\$ 10,5 bilhões/mês. Se continuar dessa forma, Srs. Deputados, como dizem os próprios economistas, a luz amarela está acesa e a vermelha está ainda distante, poderemos chegar daqui a dois anos ou menos de dois anos, de repente, a zerar a balança comercial. O que será péssimo para as indústrias e para o mercado brasileiro.

O que precisamos fazer? Não sou economista, não sou especialista, mas entendemos um pouco de mercado. O que o Governo precisa fazer? É socorrer exatamente as nossas indústrias. O Governo, no mínimo, deve fazer com que tenhamos a infra-estrutura necessária para que possamos ter acesso facilitado nas exportações, para fazer com que nosso produto possa valer mais lá fora. Intervir de forma mais firme na questão do câmbio.

Aprovamos aqui na Assembléia Legislativa uma lei, porque temos o CONFAZ no Brasil, que não permite que estados possam legislar sobre a questão tributária do ICMS, para não ferir exatamente esse convênio, que existe entre o Secretário da Fazenda dos estados da nossa federação. Mas legislamos recentemente sobre uma medida que beneficia as indústrias do setor têxtil. Legislamos para salvar as nossas empresas e indústrias no estado do Paraná.

Neste momento, gostaria de parabenizar o Sr. Deputado, Presidente Antonio Anibelli e os Srs. Parlamentares. Critico, mas faço uma crítica construtiva e consistente. Quando as coisas boas acontecem, devem ser recolhidas. O Ministro Reinhold Stephanes, que aqui desta Casa foi alvo das mais severas críticas, hoje é defendido. Este Parlamentar, pelo contrário, sempre o tem defendido. Ele tomou algumas medidas em relação à Previdência do nosso Brasil, para que não viesse a falir definitivamente, o INSS, o antigo INPS. Aliás, o Ministro Reinhold Stephanes era Presidente do INPS do Brasil. O Ministro Reinhold Stephanes foi Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, foi Secretário da Saúde do Presidente Geisel, foi Ministro da Previdência do Fernando Henrique Cardoso, foi Ministro do Trabalho do Presidente Collor, e hoje é Ministro da Agricultura do Presidente Lula. O que o Reinhold Stephanes está fazendo? Ele é um profundo conhecedor técnico, político e sabe dos problemas da nossa economia. Ele conhece as mais diversas áreas e sabe que tem que convencer a área econômica do Governo Central para resolver a questão da

agricultura, da dívida. O que mais resolveu? Vamos deixar claro, o Governo do Presidente Lula não liberou, voltou o Brasil a ser área livre. Nós éramos área livre de exportação da carne. Então, não venham cantar de verso e enganar o povo. O Brasil era livre. O Paraná era livre da febre aftosa. De repente se criou uma febre aftosa. Em alguns lugares ela existiu e em outros se criou. É lógico que o mercado internacional embarcou a carne brasileira e a do Paraná. Graças à ação do Ministro Reinhold Stephanes, com os técnicos que temos hoje, nas mais diversas áreas, conseguimos liberar de novo.

Deputado Valdir Rossoni, Srs. Parlamentares, o Brasil voltou - não foi liberado - a ser área livre, aquilo que já éramos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Governo Jaime Lerner e que cortaram. Agora voltou a ser de novo. Vamos ser justos e corretos.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Ouçó com atenção, Deputado Elio Rusch, o seu pronunciamento falando sobre a questão da febre aftosa no nosso estado do Paraná e também no nosso Brasil. Vimos o órgão regulador da sanidade do rebanho mundial, que é a Organização Internacional de Epizootias - OIE, esse órgão liberou o estado do Paraná como área livre de aftosa, sendo que os produtores têm que vacinar o gado, sendo o rebanho paranaense, também o estado do Mato Grosso do Sul, que em torno de dois anos e sete meses teve o problema no rebanho bovino de febre aftosa. Coisa que anteriormente, no Presidente anterior, o Brasil tinha sido liberado e o estado do Paraná também da febre aftosa. Receberam o status também de área livre de aftosa.

Há dois anos e sete meses atrás o nosso estado do Paraná acabou tendo no seu rebanho a febre aftosa sendo demonstrada, e isto tudo fez com que o mercado europeu e mundial deixasse de comprar a carne brasileira. E para se ter uma idéia, temos o mercado europeu um mercado nobre que compra as carnes mais caras que é a parte traseira, o corte traseiro do bovino, e isto faz com que os produtores e o Brasil pudessem vender essa carne que tem um preço mais alto para a Europa. Depois que tivemos o problema da aftosa deixando de vender para a Europa e agora, novamente, essa organização que cuida da parte sanitária do rebanho bovino e também suíno, eles estão liberando o Paraná e outros estados brasileiros para que possam exportar novamente como área livre de aftosa, sendo que os produtores têm que vacinar o rebanho.

Uma conquista novamente, que havíamos perdido, Deputado Elio Rusch, há dois anos e sete meses, sendo que no passado, no começo do ano de 2000, dessa década, o Brasil e o Paraná haviam conquistado essa liberação.

Então, novamente, se buscou aquilo que no passado já tivemos e esperamos que a pecuária brasileira, em especial a do nosso estado do Paraná, possa obter mais

recursos com a exportação da carne que é produzida aqui e no nosso Brasil.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ELIO RUCH (Partido Democratas)

Encerro, Sr. Presidente, apenas para dizer o seguinte: agradecer ao Ministro Reinhold Stephanes, agradecer a todo o corpo técnico que têm colaborado e participado para que o Brasil pudesse ser área livre novamente, para que pudéssemos liberar novamente o que já tínhamos, parabenizar o Ministro pela negociação que ele fez com a área econômica do Governo Federal para sanar também a questão da dívida rural dos nossos agricultores e só dizer o seguinte: enquanto existiu o embargo da carne brasileira, quando estávamos proibidos, nós tínhamos um prejuízo de US\$ 100 milhões/mês, devido ao embargo da carne brasileira e de alguns estados.

Graças a Deus conseguimos novamente a liberação e conseguimos reconquistar um mercado que já era nosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou ser econômico nas minhas palavras, até para colaborar aqui que a votação do veto aposto pelo Governador seja o mais rápido possível, mas quero alertar aqui os Srs. Deputados, estou percebendo de que a presença é mínima hoje em plenário e com esta presença não vamos derrubar o veto.

Não sei ainda qual o posicionamento do Líder do Governo. O Líder do Governo deve ter um posicionamento do Governo e certamente deve ser favorável ao veto, porque o veto foi do Governador.

O Deputado Luizão é um Deputado aliado do Governador, espero que ele tenha conversado com a Bancada do Governo para que a Bancada do Governo manifeste o seu apoio ao projeto do Deputado. Se não nós, Deputados de Oposição, que neste momento estamos mantendo uma postura de apoio à derrubada do veto, favorável à posição aqui dos senhores, vai ser em vão.

Quero ser aqui econômico, breve, até para que os Parlamentares não achem que fique muito tarde a Sessão, mas a minha grande preocupação quando se coloca um veto desta importância, deste significado, os senhores estão aqui porque desejam que seja derrubado o veto e transformado em lei, mas, não vejo aqui clima para derrubar o veto. Não vejo. Vamos trabalhar com a realidade, com a verdade. Eu, certamente, tenho uma expectativa muito grande, por ser um projeto de um Deputado gover-

nista, ele deve ter já conversado, porque aqui é Oposição e Situação. A Oposição, somos aqui em 16, 17, isso contando com o Bloco Independente, e 40 Deputados são do Governo.

Então, encerro aqui minhas palavras, deixando em alerta e dando a minha contribuição para que a Sessão caminhe rápida para que os Parlamentares estejam no plenário, porque precisamos de 28 votos para derrubarmos o veto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Horário das Lideranças.

Liderança do Governo, Deputado Cleiton Kielse.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (***Pela Ordem***)

Sr. Presidente, queria apenas um minuto, que é a questão que envolve as tratativas da nossa Audiência para ajustar a vinda do Diretor-Presidente e eventualmente do Diretor Financeiro, se for o caso, da ParanaPrevidência a esta Casa para prestar esclarecimentos.

É também interesse da Liderança do Governo que estes temas sejam esclarecidos. Entendo que a questão, ontem, foi bem debatida e aprofundada. Os números, pelos relatórios que eu vejo, são absolutamente claros e transparentes, que irregularidade alguma foi cometida, se não ter havido um descumprimento por parte de um dos Diretores em relação àquilo que havia determinado o Governador Requião em relação à aplicação em Bancos particulares.

Quero trazer a V. Exa. uma ressalva importante. Conheço há mais de 30 anos o Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, o Dr. José Maria de Paula Correia. É um homem íntegro, honrado, pessoa que exerceu cargos públicos importantes no nosso estado e sempre teve uma conduta ilibada.

As decisões de investimentos da ParanaPrevidência são tomadas pelo Conselho de Investimento e este tema será debatido. Só queria fazer esta ressalva porque entendo que é importante que antes que se lance como se as pessoas tivessem cometido alguma irregularidade, temos que, de fato, ver quem são as pessoas que estamos tratando. São vidas, são pessoas, é com a honra das pessoas que estamos lidando.

A reunião será na terça-feira, ao final de Sessão. Foi o que acordamos aqui na sala da CCJ.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes.

Venho novamente a essa tribuna, não só citar as obras que estão em andamento, um projeto que nosso amigo, Deputado Pugliesi iniciou no DER, mas projetos de economicidade que foram demonstrados em mais de 4

mil quilômetros de manutenção de rodovias no estado do Paraná. Projetos que estão sendo copiados pelos estados de Santa Catarina e Minas Gerais, projetos estes que abrangeram 90% das cidades do Paraná e, como citei na semana passada sobre o processo de análise que o DNIT fez sobre a Linha Verde.

Retorno a essa tribuna já com um pedido à Mesa, autorizado, de uma Audiência Pública para terça-feira, às 10h da manhã, onde estamos convidando o Presidente da URBS, o Sr. Paulo Schmidt, os técnicos da URBS, os Diretores do DNIT, não só o Dr. Davi, mas os Diretores, da autorização que foi dada provisoriamente à Prefeitura sobre a construção da Linha Verde, mas sobre uma análise muito criteriosa que fizemos com engenheiros, com pessoas ligadas às áreas de urbanismo com a área de trânsito, tanto de Curitiba, de ex-funcionários da URBS, ex-funcionários do IPPUC, funcionários da COMEC, funcionários do DER, demonstrando que a mudança do projeto da Linha Verde é extremamente necessária. Extremamente necessária.

A conturbação que temos neste momento, agora, 17h na entrada de Curitiba, Deputado Romanelli, já chegam algumas filas a dois quilômetros, três quilômetros antes da Linha Verde. Isto sem entrar na linha que temos hoje de conflito da construção da Linha Verde. A fila, neste momento - estou com um funcionário nosso embaixo do viaduto que cruza a BR no sentido às praias, sentido Paranaguá - a fila inicia ali e vai acabar perto da vila São Pedro, neste momento. Perto das 6h a fila recua e chega no viaduto do Tarumã. Em todos os horários, como não só na Linha Verde, mas em todas as linhas do binário que vai dar acesso à Linha Verde, vamos ter um conflito para o próximo ano e para o ano de 2010, que a transformação, única e exclusivamente, da BR-476, a antiga BR-116, numa avenida em Curitiba, sem os viadutos e as trincheiras que estamos batendo, vamos ter uma transformação não só no investimento mobiliário, que estão havendo realmente manifestações e movimentações milionárias, repito, movimentações milionárias de investimentos na Linha Verde, de grande empreendimento com cinco, com 10, com 15 torres. Mas, uma movimentação no maior conflito de trânsito que vamos ter no estado do Paraná.

A BR-476, antiga BR-116, que cruza o Atuba ao Pinheirinho, ela tem realmente uma importância fundamental para a região metropolitana. Fundamental, com todo o respeito que tenho ao Prefeito Beto Richa, que o projeto da Linha Verde, realmente, é muito importante, mas com a inclusão dos viadutos e trincheiras.

Por isso fui pontualmente falar com os engenheiros do DER sobre o custo, não só das trincheiras e viadutos, mas também das passarelas que não estão contempladas no projeto da Linha Verde. Não existem passarelas, em todo o trecho da Linha Verde. Isto é, as pistas estão sendo alargadas, algumas com duas, com quatro, com 12 pistas.

Deputado Luiz Carlos Martins, meu amigo e colega, o senhor imagine uma senhora atravessando 12

pistas da BR-476 sem nenhuma passarela. Com um sinalizador intermitente, em 80, 90 metros de distância. Vamos ter realmente uma sequência de acidentes. Tomara que, realmente, esteja prevendo um acidente que não venha a acontecer. Mas, tenho convicção: acidentes, atropelamentos, mas os congestionamentos já são evidentes, iminentes.

Necessário esse tipo de Audiência Pública que estou pedindo ao nosso Presidente da URBS. Já tive a autorização, quero frisar bem isso, que não estou irresponsavelmente vindo a esta tribuna pedindo a paralisação de uma obra. Eles podem continuar a obra, mas que haja mudanças nesses trechos de conturbação e conurbação.

A conurbação é a interligação dos dois lados da nossa cidade de Curitiba, que não vai haver. Eles estão alegando que vamos ter uma modernidade, mudança estratégica. Está sendo neste momento um grande erro se não tivermos essas obras estruturais. Fui ao DER, ao DNIT, falei com o Governador Requião, com o Prefeito Beto Richa, não estou vindo aqui fazer politicagem, estou vindo aqui falar de um assunto temente a todos os cidadãos de Curitiba e região metropolitana. Falar desse que seria, sem sombra de dúvida, um dos melhores projetos que teríamos em Curitiba e região metropolitana, talvez, estado do Paraná, transformar uma rodovia que conseguimos manter uma média de 60km/hora, transformar uma rodovia que vai travar o sistema viário de Curitiba? Não é Curitiba, é o Brasil, pelo crescimento dos novos veículos.

Estamos tendo uma Curitiba diferenciada, uma Curitiba que muito bem o nosso Deputado Osmar demonstrou nos programas de televisão do PFL, que o trânsito, se não ocorrerem mudanças radicais na metodologia do trânsito, vamos ter realmente uma cidade travada, parada. São Paulo, com 10 vezes mais veículos, com 10 vezes mais habitantes que a nossa Curitiba, continua tendo, não só o ciclo dos veículos da cidade, porque manteve a avenida Tietê e a avenida Pinheiros sem sinais, onde foram construídos 22 viadutos em São Paulo.

Por isso, São Paulo funciona, porque coloca viadutos. Tire os viadutos e coloque sinais em São Paulo. São Paulo acaba, pára, trava. É o que está acontecendo com a Linha Verde, BR-476, e que vai se agravar ainda mais. Crescimento de 8% do número de veículos, por ano, em Curitiba, tendo uma frota de 1 milhão e 100 mil veículos entre Curitiba e região metropolitana, não é condizente com esse projeto original. Discutimos os valores com o DER. E quando falei na questão do Governador Roberto Requião, ele autorizou o DER a entrar na obra, caso tenha realmente a sensibilidade do Presidente da URBS, para que o DER venha a executar as obras necessárias.

É um assunto importantíssimo a esta Casa, importantíssimo na região metropolitana, porque o caos, o contorno que vamos ter e está quase chegando ao seu limite, o contorno leste dá acesso saindo da divisa de Campo Largo, cruzando até Campina Grande do Sul, também já tem um volume de veículos extraordinário. Mas com

esses sinaleiros, com a abertura da rua Anne Frank e com os terminais que serão construídos no meio da BR-476, vamos ter, talvez, o maior problema insolúvel depois das obras prontas. Porque todos os pontos das obras onde estamos sinalizando, que são os pontos principais na vila São Pedro, do acesso do nosso bairro Uberaba vindo pela Universidade Católica, e todos os demais afluentes que digo, das ruas dos binários que terão acesso a partir do final do mês de agosto, não teremos mais condições de consertar.

Na vila São Pedro está escavada a obra onde deve ser construída a trincheira, o custo já será reduzido em no mínimo 30%, orçado por técnicos do DNIT e do DER. As obras da ponte de ligação com o Uberaba também podem ser mudadas nesse momento. As ligações que ainda não foram feitas na Fagundes Varela ou do viaduto do Atuba ou das ligações perpendiculares ou paralelas, temos a Brigadeiro Franco, que também não estão acabadas.

Por isso, solicito a todos os Deputados, sem cor partidária, que possam participar, Deputados da região metropolitana que sabem o quanto é importante termos uma via como BR, não como avenida, na BR-476, que será o coração do trânsito de Curitiba e da região metropolitana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero pedir desculpas, porque queria ser econômico, mas não tem como ser econômico. Tenho que voltar ao assunto do Deputado Cleiton Kielse e quero ver se em cinco minutos não sou um expert em Curitiba. Conheço Curitiba do tempo que usávamos calça pantafona, estudava em Curitiba e morei na avenida 13 de Maio, conheço Curitiba aqui do Passeio Público.

Deputado Cleiton Kielse, V. Exa. talvez hoje esteja assumindo a Liderança do Governo. Porque V. Exa. disse uma coisa que me interessou muito. V. Exa. falou com o Governador Roberto Requião. Ao falar com o Governador Roberto Requião, naturalmente para fazer as trincheiras, V. Exa. sabe que precisa de recursos. É verdade? É verdade. V. Exa. vai ter a participação do Governador Roberto Requião com recursos? É verdade.

Então, quero perguntar ao senhor: V. Exa. esteve aqui numa Audiência Pública no plenarinho, quando tratamos dos recursos? Acredito muito em V. Exa. Tenho dificuldades em acreditar no seu Governador. Porque o seu Governador assinou 60 milhões de convênios de obras que seriam complementares à Linha Verde e o seu Governador não honrou a assinatura!

Agora, quero depositar toda minha confiança na sua palavra, porque V. Exa. falou com o Governador e acredito que esta confiança que ele depositou em você se torne verdadeira. Já falei, aqui, falo como Presidente do Partido do Prefeito Beto Richa, coloco à disposição toda a estrutura da Prefeitura para discutir o que for de benefício para a população. Somos favoráveis. Mas gostaria que V. Exa. assumisse um compromisso - lhe concedo aparte - os recursos para estas trincheiras. V. Exa. falou com o Governador. Está resolvido.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB) (Aparte)

Primeiro, quero pedir desculpas por não ter concedido aparte aos três Deputados que me solicitaram, pela ênfase e pela extensão do assunto. Mas agradeço o seu aparte, afirmando que o Governador Roberto Requião vai resolver, juntamente com o DNIT, o processo que temos na Linha Verde.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Muito obrigado.

Então, Deputado, V. Exa. já falou que agora é o DNIT e não mais o Governo do Estado.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Não, não, não. Quero deixar isso bem claro.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero saber o seguinte: V. Exa. falou com o Governador. O Governador vai arrumar os recursos para fazer as trincheiras?

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Ele vai executar as trincheiras.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, ele não vai executar. Quem está executando a obra é a Prefeitura de Curitiba. Ele pode firmar um convênio, repassar os recursos.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Não, não tem necessidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Até porque os recursos serão melhor aplicados. E prova disto é a pesquisa popular, que demonstra que o Prefeito Beto Richa, a Prefeitura, é o órgão público mais transparente deste estado.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Permita que eu dê um testemunho. Eu moro em Araucária, como todos sabem, e sou usuária frequente da Linha Verde, todos os dias, desde o ano passado, enquanto ela é construída. E hoje, da Marechal até o Pinheirinho, até Araucária, temos três semáforos, e hoje ela, em plena construção, já melhorou muito o nosso traslado daqui até lá. Ela abreviou muito em construção.

É uma grande obra. Lamento que tenha tido este impasse e este distanciamento entre o Governo Estadual e o Governo Municipal, porque se estivessem juntos nesse trabalho, ganharia toda Curitiba e toda região metropolitana, mas não dá para questionar a grandiosidade dessa obra.

Os nossos parabéns ao Prefeito Beto Richa!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte de V. Exa.

Agora, com a palavra do Deputado Kielse, certamente vamos colocar em prática, com os recursos garantidos do Governo do Estado, apesar que o Governador assinou convênio e também era período de eleição e depois não foi confirmado, porque deve ter acontecido alguma coisa.

(Discussões)

Como o Governador não honrou os compromissos com a Prefeitura de Curitiba, passo agora a acreditar que o Governo vai participar dessas obras complementares, que serão importantes. Não estou aqui retirando a importância do que V. Exa. falou.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

O Deputado Kielse é um Deputado trabalhador, é um Deputado honrado, persistente e estudioso. O Deputado Kielse conhece o Prefeito Beto Richa e é seu amigo, conhece a formação do Prefeito Beto Richa, conhece a sua família, a sua formação profissional. V. Exa. acha, ele sendo engenheiro, que ele autorizaria uma obra para matar vovózinhas e vovôzinhos? O senhor, sinceramente, acredita nisso?

(Discussões)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O orador tem a palavra e terá descontado o tempo de seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, Presidente! V. Exa. dirige com maestria! Outro dia...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Desculpe o orador da tribuna, mas pela ordem!

Não pode o apartante pretender ridicularizar o argumento muito bem fundamentado do Deputado Kielse e fazer essa chicana do ponto de vista do Regimento. Não é possível isso! É inaceitável, na verdade!

Que foi incompetente a Prefeitura ao fazer a Linha Verde, foi.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Fui citado quatro vezes. Acredito que o Deputado Luiz Carlos Martins, pela experiência como homem público, pela sapiência que tem como talvez o maior locutor de rádio do Brasil, sabe que nós não brincamos de ser Deputado. Respeito muito o Beto Richa, meu amigo e meu companheiro, sendo que o apoiei na campanha e tive muitos problemas quanto a isso, mas a Linha Verde poderia ter sido realmente melhorada e muito, até porque o próprio Beto Richa, que estive com ele há poucos dias...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Se quiserem tumultuar a Sessão, não vou concordar. V. Exa. tem razão, foi citado e já explicou. Acho que V. Exa já fez a sua defesa.

Com a palavra o Deputado Rossoni, sendo descontado o tempo dos apartes indevidos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O Deputado Luiz Carlos Martins descreveu muito bem. Outro dia o Prefeito Beto Richa - apesar da forma como o Governador trata o Prefeito Beto Richa - em uma entrevista na Band News ou na CBN perguntaram: "Prefeito, se V. Exa. for convidado a ir ao Palácio das Araucárias para discutir alguma coisa de interesse de Curitiba?" Ele respondeu: "Com todo o prazer irei ao Palácio Iguaçu". Esse é o Beto Richa!

Então, Deputado Kielse, a sua ajuda é bem-vinda, mas gostaria de fazer uma outra pergunta a V. Exa. Um dia fizemos uma Audiência Pública aqui com a presença do Prefeito Beto Richa, dos Vereadores, dos Deputados de Curitiba, do Senador Osmar Dias para tentar sensibilizar o Governador para que ele liberasse os recursos, que não eram a fundo perdido, recursos de empréstimos para Curitiba para obras complementares da Linha Verde. Vieram aqui todas as lideranças logo após as eleições. Perdemos as eleições, tudo bem, V. Exa. não estava lá.

Agora, vejo a aplicação de V. Exa., esse é o Deputado Kielse que eu gosto. Faço aqui um desafio: V. Exa. pode apresentar as sugestões, claro que tecnicamente V. Exa vai discutir com os técnicos que entendem, Deputado Bertoldi entende disso também, traz os convênios, serão firmados os convênios, e todas as melhorias que tecnicamente forem possíveis com os recursos que V. Exa. viabilizar. Está aqui o compromisso do Prefeito Beto Richa em aceitá-las. E ele vai assinar esse convênio, porque se for em benefício da população de Curitiba o Prefeito Beto Richa vai aonde o Governador marcar, no Palácio das Araucárias, na praça Santos Andrade, no Canguiri, aonde ele quiser. O Prefeito Beto Richa é um homem de bem, homem de paz, é um homem que até faz política diferente do que eu, ele quer fazer uma Curitiba melhor como V. Exa. deseja e todos nós desejamos.

Agora, botamos aqui uma grande dúvida neste seu posicionamento, não na sua palavra, porque a atitude do Governador com Curitiba foi discriminatória porque ele vinha assinando convênio com o Prefeito Beto Richa

enquanto o Prefeito Beto Richa era neutro na eleição de Curitiba. A partir do momento que ele tomou uma decisão por um determinado candidato, quem pagou a conta? Curitiba. Quer dizer, estamos olhando Curitiba com interesse político ou com interesse de resolver os problemas? Pelo que vi, o objetivo do Prefeito é resolver os problemas de Curitiba. Então, está empenhada a sua palavra, tenho certeza que os técnicos não vão se furtar de vir aqui discutir com V. Exa. Discute-se, vê o volume de recursos que é necessário para fazer as melhorias tecnicamente viáveis, e confio plenamente na sua palavra. Mas, na palavra do Governador fico com grande dúvida porque a sua própria assinatura não teve validade, e são ruas do povo de Curitiba, são ruas que seriam melhoradas, são ruas que dariam acesso à Linha Verde. Então, a sua palavra para nós tem muita importância. Queremos paz, queremos construir o bem do Paraná, mas não podemos jamais aceitar que agora vamos falar com o DNIT, vamos falar com não sei quem, vou viabilizar os recursos.

E nós estamos perto do quê? Estamos a 120 dias das eleições, este filme já passou nas televisões de Curitiba, nas eleições de Governador do Estado assinando convênio com o Prefeito de Curitiba, passou a eleição, rasgou-se os documentos. Agora, é a palavra, em véspera de eleição novamente. Confio na sua palavra e me coloco à inteira disposição, não só eu, mas todos os companheiros de Curitiba que querem a sua contribuição. Certamente o Governador vai respeitá-lo porque lhe deu um importante cargo que é a Vice-Liderança do Governo que V. Exa. vem exercendo aqui com competência, dignidade e com respeito, apesar de discordarmos nesse ponto, porque quem assina e não honra a palavra é difícil acreditar, mas na palavra de V. Exa. eu confio.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 130/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, a construção de um laboratório para estudo de ciências na Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 131/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de 03 (três) salas de aula na Escola Estadual Fazenda Velha, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 132/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda melhorias na PR-423, no trecho que liga os municípios de Araucária e Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos Deputados Cleiton Kielse e Professor Luizão, para que declinassem das Explicações Pessoais, para votarmos logo o veto, que é de interesse dos Agentes Penitenciários.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência endossa seu apelo.

Requerimento nº 1337, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária, do dia 29 de maio (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a proibição de fumar em eventos, estabelecimentos comerciais direcionados a crianças. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 016/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o inciso VI ao artigo 1º da Lei nº 14473, de 15 de maio de 2005, com a seguinte redação:

“VI - em estabelecimentos comerciais e eventos destinados a crianças”.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública o Clube de Mães e Amigas do bairro de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/08, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município de Moreira Sales, comarca de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Criança Futuro - ABEC, com sede e foro na comarca de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Vereador Pedro da Cruz Sobrinho, a ponte sobre o rio Iguaçu localizado na entrada do município de São Mateus do Sul, na PR-476, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 844/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e

uso de pessoas com deficiência físico-motora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CECECT.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo**. Em votação a emenda. **Aprovada**.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila “C” - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo**. Em votação a emenda. **Aprovada**.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 867/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que confeccionam carimbos, de exigirem documentos que atestem a veracidade das informações para a confecção de carimbos profissionais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 170/07, de 18/12/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 867/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Professor Luizão dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que confeccionam carimbos, e exigirem documentos que atestem a veracidade das informações para a confecção de carimbos profissionais e dá outras providências, enfrentando matéria de grande importância, mas sem regulamentação. O projeto propõe restringir a confecção de carimbos de maneira que dificulte aos usuários de má-fé a sua confecção criando normas que possibilitem às autoridades constituídas identificarem rapidamente os agentes falsificadores. Carimbos, como cediço, tem por escopo identificar e dar autenticidade aos documentos de todo gênero e não raras vezes se convertem em armas de golpistas, agentes corruptos que se valem das facilidades de fabricação para esquentarem papéis. Portanto meritória a iniciativa do nobre Deputado.

No mérito

Ao bem da verdade dos termos do referido projeto pode-se abstrair a sua natureza. A fabricação de carimbos é feita normalmente por agentes gráficos ou pequenos

prestadores de serviços conhecidos como carimbos em 24 horas, etc. Pela natureza da atividade prestação de serviços a competência inquina-se para o âmbito municipal, já que sob a ótica tributária os impostos decorrentes das atividades de serviços, ISS - Imposto Sobre Serviços é de competência do município, tanto que pesquisando a matéria encontrei leis existentes, semelhantes, propostas e aprovadas pelo legislativo municipal como é o caso da Lei Municipal nº 12794 de 21/12/06 de Campinas. Por outro lado a regulamentação de serviços que obstaculizem e inibam a prática de abusos e malversão de atividades úteis e rentáveis, não se restringe somente ao interesse do município, ou seja, o estabelecimento da ordem ética é dever de todos, porquanto extrapola as fronteiras do município estendendo-se também aos interesses do estado.

Fundamentação

Considerando que a matéria albergada no presente projeto não tem cunho tributário e sim exclusivamente comercial, cujas diretrizes objetivam tão somente regulamentar a atividade no âmbito das relações de consumo entre o agente fornecedor e o consumidor, abre-se a porta para uma discussão mais abrangente.

Ademais a Constituição Federal atribui aos estados toda competência que não lhe seja vedada constitucionalmente, a saber:

“Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Afastado o temido vício de origem exsurge viçosa a competência estadual para legislar a matéria em comento. Revestindo-se o presente projeto de constitucionalidade resta concluir a sua análise sob o ângulo da boa técnica de elaboração, redação e alteração de leis disciplinada pela Lei Federal nº 095/98.

Neste aspecto o presente projeto apresenta uma redundância no artigo 3º ao disciplinar comando normativo de natureza criminal invadindo a seara de matéria codificada na Lei Penal, sendo desnecessária a repetição de comando já existente. O artigo 3º assim dispõe:

“A inobservância do disposto nesta lei acarretará multa de R\$ 200 (duzentos reais), corrigidos de acordo com o IGPM, aplicando em dobro, em caso de reincidência. Podendo ainda, responder criminalmente por falsificação de documentos.”

A expressão “Podendo ainda, responder criminalmente por falsificação de documentos” é redundante. Foge à lógica e ao princípio da lei proposta na medida em que disciplina matéria já existente no Código Penal. Se já existe cominação de pena àqueles que praticarem o crime de falsificação basta que qualquer que descumprir a lei seja por ela apenado aplicando-se, se for o caso, consecutivamente a Lei Penal. Resulta da análise técnica que o artigo proposto pretende tão somente penalizar com multa aqueles que a descumprirem no que tange aos cri-

térios e restrições por ela instituídos. Está implícito na aplicação da norma que aqueles que praticarem o crime de falsificação em desobediência aos normativos da lei incorrerão em crime já codificado. Assim que o artigo terceiro fere a boa técnica legislativa quanto as normas de clareza, precisão e ordem lógica como dispõe em seu artigo 11, vejamos:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

III - para a obtenção de ordem lógica:

(...)

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

Deste modo proponho a emenda modificativa restritiva excluindo a expressão “Podendo ainda, responder criminalmente por falsificação de documentos”:

Art. 3º A inobservância do disposto nesta lei acarretará multa de R\$ 200 (duzentos reais), corrigidos de acordo com o IGPM, aplicando em dobro, em caso de reincidência.

Conclusão

Isto posto, e frente à constitucionalidade e legalidade aferida, estando o texto proposto em conformação com a Lei nº 095/98 que disciplina a elaboração das leis sou de parecer favorável, com a proposição de emenda modificativa restritiva ao artigo 3º de acordo com o anexo.

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA RESTRITIVA DO PROJETO DE LEI Nº 867/07

(...)

“Art. 3º A inobservância do disposto nesta lei acarretará multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), corrigidos de acordo com o IGPM, aplicando em dobro, em caso de reincidência.”

(...)

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Jocelito Canto

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 867/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 867/07 busca trazer obrigação para as empresas que produzam carimbos, no sentido de que exijam, quando da confecção dos produtos, documentos que comprovem as informações a serem postas em carimbos profissionais.

Pois bem, a proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, corroborando deste modo sua regularidade frente aos aspectos legais e constitucionais.

Sendo encaminhado para esta Comissão de Indústria e Comércio, cabe realizar a análise pelo aspecto das empresas do estado ou ainda, pela situação do comércio como um todo.

O projeto não deve, pensamos, prejudicar ou inviabilizar qualquer atividade referente ao comércio no Paraná. Muito pelo contrário, está a ser oportunizada uma maior garantia para os comerciantes ou industriais de nosso estado. Isto justamente se dá no momento que se proíbe a veiculação de informações falsas, diminuindo por decorrência eventuais ilícitos propagados por criminosos que, se valendo de dados falsos, fraudam o comércio, emitem documentação inidônea, tudo sob o manto da informação inverídica outrora obtida, colocada ainda em carimbos e outras identificações que possam ocorrer. Na mesma toada é público o conhecimento sobre pessoas que exercem profissões sem ter registro ou cadastro em seu órgão profissional, até mesmo porque em diversos casos nunca cursaram curso superior que lhes habilitassem a tanto. Além de incorrerem em crime, disseminam dado ou referência aptos a iludir o homem médio, seja ele comerciante ou não, letrado ou não. Por conseguinte, a proposta deve ser vista pelo seu viés protetivo, tanto para a indústria, comércio e ainda todo o povo paranaense.

Por isso, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 08/04/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

O objetivo desse projeto é fazer com que as empresas que confeccionam carimbos exijam um comprovante da veracidade das informações. Porque sabemos da credibilidade que um carimbo dá a um documento. Inclusive quem me sugeriu esse projeto foi um médico que viu o seu nome utilizado em receituários falsos, com carimbo do seu nome.

Essa utilização criminosa de carimbo pode trazer graves consequências para os profissionais e para as pessoas que utilizam o serviço desses profissionais.

Temos a pretensão que com este projeto as empresas que confeccionam carimbos vão ter o cuidado de exigir a veracidade das informações, dando mais tranquilidade para eles próprios que não vão estar sujeitos de estar produzindo um carimbo falso. Além disso, vão dar mais credibilidade aos profissionais liberais que não vão estar sujeitos à falsificação de carimbos em seu nome, e à própria sociedade, que vai poder utilizar documentos que vêm com carimbo, com mais confiança, sabendo que as informações daquele carimbo são autênticas.

Por isso, peço o apoio dos nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Encerrada discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 154/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, declara de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o hospital que se pretende declarar de utilidade pública também é denominado de Santa Casa de Misericórdia de Palmeira. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº154/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira - Santa Casa de Misericórdia, com sede e foro no município de Palmeira.”

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/08, de 05/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 184/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede no município de Curitiba e foro na comarca de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no Estatuto Social da Fundação que se pretende declarar de utilidade pública, a referida Fundação possui foro na comarca de Curitiba. Desta forma, a fim de adequar o presente projeto ao previsto no Estatuto Social, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 184/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo

3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede no município de Curitiba e foro na comarca de Curitiba.

Sala das Comissões, em 20/05/08.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/08, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 303/08, que cria 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto no âmbito do foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 216/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados no foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba - entrância final, 13 (treze) cargos, de Juiz de Direito Substituto, que passam a integrar o Anexo II, Tabela 1, e os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, observado o disposto no artigo 302 da citada lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/05/08.
(a) PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	SEÇÃO	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
	COMARCA/FORO					

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

1ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL		64	64
	I - Foro Central de Curitiba		FINAL			
	II - Foro Regional de Almirante Tamandaré		FINAL			
	III - Foro Regional de Araucária		FINAL			
	IV - Foro Regional de Bocaiúva do Sul		FINAL			
	V - Foro Regional de Campina Grande do Sul		FINAL			
	VI - Foro Regional de Campo Largo		FINAL			
	VII - Foro Regional de Colombo		FINAL			
	VIII - Foro Regional de Fazenda Rio Grande		FINAL			
	IX - Foro Regional de Pinhais		FINAL			
	X - Foro Regional de Piraquara		FINAL			
	XI - Foro Regional de Rio Branco do Sul		FINAL			
	XII - Foro Regional de São José dos Pinhais		FINAL			
TOTAL				0	64	64

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCAS/FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba	Final		60	93	20	64		237
...								

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
Foro Central de Curitiba		28	40	8	22		98
...							

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus anexos, visando a criação de 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto para o foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba - Entrância Final.

A 1ª Seção Judiciária conta com 51 (cinquenta e um) Juízes de Direito Substitutos, os quais atuam na comarca da região metropolitana de Curitiba, incluindo o foro central de Curitiba e 11 (onze) foros regionais, de Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

A população estimada pelo IBGE, em abril de 2007, para o foro central de Curitiba é de 1.797.408 habitantes. Incluindo os onze foros regionais da região metropolitana de Curitiba a população alcança a cifra de 3.070.192 habitantes.

Em dezembro de 2007, o número de processos em andamento, na jurisdição da comarca da região metropolitana de Curitiba, atingiu a um total de 1.026.382, conforme Boletim Mensal de Movimento Forense da Corregedoria Geral da Justiça.

Determinados Juízes se afastam da jurisdição para auxiliar a Presidência, 1ª e 2ª Vice-Presidência e Corregedoria, além de outros seis que são convocados para a Turma Recursal.

É necessária a manutenção de Juiz de Direito Substituto em concomitância com os Juízes de Direito Titulares de 31 (trinta e uma) Varas (Fazenda Pública, Família e Cível), e um número razoável de Substitutos para atender as demais Varas.

Os Juízes de Direito Substituto atuam na jurisdição dos Juízes Titulares quando se afastam de suas funções para tratamento de saúde ou para usufruir férias.

O Anteprojeto de Lei contou com a aprovação do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 09/05/08.

A criação dos referidos cargos, modifica os Anexos II (Tabela 1), V e IX (Tabela 1) da referida lei.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza o valor anual de R\$ 3.535.589,00 (três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar 101/00 - LRF, cuja participação, em 31/12/07 situou-se em 3,72% (três vírgula setenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida; portanto abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada lei de responsabilidade fiscal.

A despesa anual de R\$ 3.535.589,00 correrá à conta da dotação orçamentária, 3.1.90.11.01 - Subsídios -

Magistratura, no valor de R\$ 171.947.740 (cento e setenta e um milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta reais) prevista no Orçamento do Tribunal de Justiça para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07 - LOA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto, para o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 15 de maio de 2008.

(a) J. VIDAL COELHO

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 216/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem o objetivo de criar, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, 13 cargos de Juiz de Direito Substituto, incluindo-os nos Anexos II, V e IX da Lei Estadual nº 14277/03 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

Fundamentação

O projeto de lei em análise foi proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tem o objetivo de criar cargos no âmbito do Poder Judiciário do estado.

Quanto à iniciativa do projeto, devemos observar que a Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 101, a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor à Assembléia Legislativa a alteração do número de seus membros ou a criação de cargos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

a) a alteração do número de seus membros e os do Tribunal de Alçada;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os

artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

c) a criação, extinção ou alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

Desta forma, não há óbice quanto a propositura, por parte do Tribunal de Justiça, de lei estadual com o objetivo de criar cargos na sua composição, encontrando respaldo no artigo supracitado.

Devemos também observar que, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesas de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

O projeto de lei em análise traz, em anexo, a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça de que as suas despesas apresentam a adequação de que trata o inciso II do artigo 16 da norma supracitada. Além disso, em sua justificativa, o autor traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo. Desta forma, não há óbice na Lei Complementar 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, quanto a técnica legislativa, o projeto de lei em análise encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração das leis. Isto porque, em seu artigo 9º, tal lei estabelece que a cláusula de revogação deve enumerar expressamente as disposições revogadas:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (grifo nosso)

Desta forma, sugere-se uma emenda supressiva ao artigo 3º do projeto em tela, com o objetivo de sanear o vício encontrado na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, somos pela aprovação do projeto de lei em análise, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 27/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 216/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 1º e 141, II, fica suprimida parte do artigo 3º do Projeto de Lei nº 036/08, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 27/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari.

COMISSÃO DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº 216/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça, objetiva a criação de 13 cargos de Juiz de Direito Substituto para o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

No que concerne às competências regimentalmente recepcionadas por esta Comissão Permanente, nada encontramos que possa obstar a tramitação processual legislativa, cumprindo salientar que o impacto financeiro, perfeitamente exposto nas justificativas da proposição, demonstram claramente que serão suportados pelo orçamento próprio do Poder Judiciário, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28/05/08.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Não sei se acatarão a sugestão do Deputado Antonio Belinati. Os dois Deputados inscritos para Explicações Pessoais farão na 2ª Sessão?

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, abro mão das Explicações Pessoais. Faço na 2ª Sessão.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, não vou gastar os 10 minutos, vou gastar três minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Estou, com muito respeito, levando o critério que o Deputado Belinati me solicitou e vou reduzir apenas às ponderações necessárias. Se o Deputado Rossoni quiser postergar e atrapalhar a votação, aí tudo bem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não é sobre o assunto do Deputado!

Deputado, V. Exa. está deduzindo minha questão de ordem. V. Exa. é muito inteligente, mas não adivinha o que vou falar!

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

As ironias estão ficando cada vez mais fortes aqui!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Temos a votação de um veto. Gostaria de fazer um apelo que as Explicações Pessoais ficassem para após a Sessão, que vamos votar, aqui, o veto.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, são três minutos. É brincadeira o que estão fazendo!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. tem os 10 minutos.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Vou utilizar os três minutos porque os nossos amigos Agentes Penitenciários merecem todo respeito, não apenas um momento de ironia de alguns Parlamentares.

Quero afirmar o que falamos, ainda há pouco: as obras que devem ser feitas serão beneficiadas com o aval do Governo do Estado e não serão, realmente, repassados recursos à Prefeitura. Será construído pelo Governo do Estado. Da mesma forma, Sr. Presidente, esse desrespeito que está ocorrendo aqui, talvez exista algum problema maior nessa obra, que algumas pessoas querem que venhamos a repassar o dinheiro. Acho que não tem, mas o nosso amigo, Prefeito Beto Richa, que merece todo respeito pelos projetos que tem feito em Curitiba, pode rece-

ber que o Governo venha executar a obra. O Governador já se predispôs a executar, pelo DER, as obras necessárias aqui em Curitiba.

Seria isso, Sr. Presidente, para não postergar ainda mais para outros virem fazer discurso demagógico “Não, tem que mudar, tem que postergar”.

Está encerrado o que quero falar, e terça-feira, às 10h da manhã

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência agradece a V. Exas.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1338, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. À **Comissão Executiva**.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Ordinária antecipada do dia 29 de maio, quinta-feira, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 041, 148 e 161/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 844/07 e 132/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 867/07, 154, 184 e 216/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/08.

Levanta-se a Sessão.

